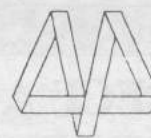




TRIBUNA DA Magistratura



ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS

Ano IV - n: 27 - Agosto de 1991

UNIÃO E DESPRENDIMENTO

Mais uma vez o que prevaleceu foi o fortalecimento da classe. Assuntos do maior interesse da magistratura foram debatidos durante a Assembléia Geral Extraordinária da Apamagis, realizada no último dia 10. Muitos deles, claro, suscitaram acirrados debates porque raras vezes se exercitou tanta democracia na Apamagis, como hoje se observa. Ao final, a alegria de verificar que a união e o desprendimento são marcas inconfundíveis desses juizes que se preocupam, além de seus múltiplos afazeres, em discutir e buscar soluções para os problemas da magistratura como um todo.

leia nas págs. 4 e 5



QUEM NÃO CONHECE O CCH?

Neste número o Des. Eduardo Cunha de Abreu (foto) explica a quantas anda o CCH, que há 30 anos presta bons serviços aos magistrados.

leia na pág. 6



UM EXEMPLO DE ABNEGAÇÃO E HUMILDADE

Depois de 40 anos na magistratura, tendo galgado todos os postos, culminando com a presidência do TJ, o Des. Marcos Nogueira Garcez continua trabalhando, agora na área da educação. É um exemplo de vida a ser seguido.

leia na pág. 7

"LEVANTA-TE! PORQUE DORMES, PODER JUDICIÁRIO?"

A prece do Padre Vieira inspirou o editorial escrito pelo Pres. Francis Davis.

leia na pág. 2

Os preparativos para o Congresso Brasileiro de Magistrados estão adiantados e quem não quiser perder o avião deve se apressar.

leia na pág. 11

AGRESSÕES GRATUITAS

A Apamagis posiciona-se em defesa da magistratura, em função de noticiário agressivo e generalizado contra o Judiciário.

leia na pág. 13



Neste local será construído o 1º Fórum Regional do Interior

leia nas págs. 8, 9 e 10

EDITORIAL

PRECE AO PODER JUDICIÁRIO

"Levanta-te! Porque dormes, Poder Judiciário? Levanta-te e não te repilas para sempre! Porque voltas a face? Esqueceste da nossa pobreza, e das nossas atribulações? Levanta-te, Poder Judiciário, ajudanos e redime teus Juizes, pelo amor que tanto te devotam!"

Essa prece, ora plagiada do Padre Vieira, na sua súplica a Deus (sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra a Holanda), é oração que, angustiosamente, brota do coração dos Juizes de São Paulo, ao Poder Judiciário.

Os Magistrados lutam, incansavelmente, para guardar o prestígio e o respeito devidos ao Poder Judiciário. Laboram, discreta mas eficientemente: Sacrificam, materialmente, suas famílias, privando-as, muitas vezes, de seu convívio, abertos e preocupados na solução de litígios de difícil desate. Arriscam suas vidas e, não poucos, acabam imolados. Arrostando poderosos, de todas as espécies. Contudo, nos tempos que correm, só são reconhecidos em sua bravura, independência e exação por quem, algum dia, violentado em seus direitos fundamentais, ou lesionado em seus bens, bateu às portas dos Tribunais, último e confiável lenitivo e reconforto de humildes e de aflitos.

Claro que a Magistratura tem suas imperfeições, posto que a perfeição, em termos absolutos, é impossível ao ser humano. Mas procura aperfeiçoar-se, a cada momento. Aqueles que não provam qualidades para o exercício do cargo são dele aliçados. Aos outros são proporcionadas orientações, pelo Eg. Conselho Superior da Magistratura; reciclagem de conhecimentos e novos estudos pela prestigiosa Escola Superior da Magistratura e, finalmente, solidariedade moral, tribuna e anparo econômico-assistencial, pela Associação Paulista de Magistrados.

Por outro lado, sem embargo das inúmeras dificuldades opostas por aqueles que detém o erário, o Poder Judiciário trata de aparelhar-se materialmente. Falta-lhe tudo: recursos humanos melhor preparados e com maior retribuição financeira; acesso à informática; instalações, equipamentos, etc. Haja vista que só agora, em 1.991, graças ao decidido empenho do devotado Presidente Aniceto Lopes Aliende é que poderão ser instaladas as 10 Varas Cíveis na Capital, criadas por lei em 1971! Obviamente, se naquele ano

longínquo já eram necessários mais Juizes no Centro, a falta (agravada "n" vezes ante o posterior e incalculável aumento populacional), só é suprida pelo esforço e dedicação dos Magistrados, que judicaram ou estão judicando nas limitadas varas desde então existentes...

O Poder Judiciário não mais pode assistir, passivamente, as agressões perpetradas contra seu bom nome, resultantes de incúria advinda de outros Poderes. Se não lhe dão meios bastantes, como se atrevem cobrá-lo de suas deficiências?

E que ignóbil presunção é essa de implantação de um "conselho externo" para fiscalizá-lo, sem antes provê-lo em suas necessidades? O Poder Judiciário é transparente, claro, de fácil acesso, já sendo fiscalizado pelas partes litigantes, pelos órgãos correccionais, pelo Ministério Público, pelos advogados, pelos Tribunais Superiores, pela imprensa e pelo povo. Não aceita, nem aceitará, ingerência política, por melhor intencionada e que, quando menos traduz uma crítica, hoje, à sua exação; e uma ameaça, no futuro, à sua independência. Ou melhor, poderá acolher um conselho externo, na medida em que integrar também, através de seus Juizes, um conselho externo para fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo.

Chegaram a vez e hora do Executivo e do Legislativo demonstrarem seu apreço e respeito pelo Judiciário, através da aprovação integral e irrestrita da proposta orçamentária apresentada pelo Tribunal de Justiça para o exercício de 92. O Poder Judiciário de nosso Estado sempre foi ponderado, sóbrio, metuculo e está consciente, também, das dificuldades econômicas enfrentadas por São Paulo e pelo Brasil. Mas não será na distribuição da Justiça que se poderá fazer restrições financeiras, mormente em proposta que jamais poderá ser acimada de exagerada, injusta ou inadequada.

Todos os Juizes, todos aqueles que militam ou lutaram em prol da Justiça, valorosos integrantes do Ministério Público, combativos advogados, serventuários dedicados, funcionários judiciais, todos cidadãos paulistas, em geral, devem cercar fileiras para exigir, do Executivo, que não ofereça entraves à proposta do Judiciário e, do Legislativo, que a aprove integralmente.

O Poder Judiciário precisa saber, e fazer sabida, a força que tem. Levanta-te!



Francis Selwyn Davis

Homenagem ao Dr. Régis

O Des. Régis Fernandes de Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, foi distinguido com mais uma honraria, que vem se somar às muitas com que foi distinguido ao longo de sua carreira. Trata-se da sua admissão no Grau de Comendador do Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - proposta feita na sessão plenária do Tribunal Superior do Trabalho em 20 de junho último. A solenidade de entrega das condecorações realizou-se no dia 12 de agosto, na sede do TST, com a presença de numerosos amigos do Dr. Régis. Parabéns!



Apamagis obtém redução de custos

A Apamagis, depois de várias tratativas desenvolvidas pelo Presidente Francis Davis, juntamente com outras associações de classe, obteve, finalmente, uma redução substancial na cobrança dos serviços prestados pela Prodesp no processamento da folha de consignações, para o exercício de 1991.

Sensível às ponderações, a Prodesp reduziu suas tabelas aos seguintes preços: por desconto processado, redução de Cr\$45,00 para Cr\$12,50; mínimo de faturamento, redução de Cr\$22.500,00 para Cr\$6.250,00 e criação de fita magnética, de Cr\$73.500,00 para Cr\$6.380,00.

RETIFICAÇÃO IMPERIOSA

O Diário Oficial de 25 de julho de 1.991, à página 2, publicou um quadro estatístico, relativamente a processos que estariam em mãos de diversos Desembargadores, com suposto excesso de prazos.

A publicação, prematura e com erro material mereceu pronta reclamação do Presidente da Apamagis, Des. Francis Davis, mediante ofício encaminhado à Eg. Presidência do Tribunal de Justiça, que, incontinenti, acolheu o requerimento através de r. despacho, ora reproduzido:

"Na petição protocolada sob n. 162.282 do Expediente do Conselho-GA-PRE I, em nome do Exmo. Senhor Desembargador Francis Davis, foi exarado o seguinte despacho: Acolho as ponderações do Desembargador Francis Davis e declaro sem efeito a publicação inserida no Diário Oficial de 25 de julho, relativamente a processos em poder dos Senhores Desembargadores. Referida publicação, além de conter inexactidões materiais, é de aguardar a vigência do Assento 190, devendo seguir a disciplina por este estabelecida. Publique-se. São Paulo, 6 de agosto de 1991. (a) ANICETO LOPES ALIENDE - Presidente do Tribunal de Justiça"

O r. despacho foi publicado na primeira página do Diário Oficial do Estado, edição de 8 de agosto último.

TRIBUNA DA Magistratura

Jornal mensal destinado aos magistrados do Estado de São Paulo. **Diretor:** Juiz de Direito, Acilbes Burgarelli; **Jornalista Responsável e Editor:** Milton Parron (MTb8805); **Redator:** jornalista Paulo Capuzzo; **Secretaria:** Claudio José Pereira; **Diagramação:** Fernanda Ameruso; **Fotos:** Márcio S. Novaes (MTb20.436); **Anúncios:** Angela Aparecida Máximo.

Redação, administração e publicidade: Fórum João Mendes Júnior, 20º andar, sala 2.029, tel. (011) 35-0196; telex 1124146; CEP 01501. **Composição, paginação e fotolitos:** Artgraph S.A., rua Basílio da Cunha, 891, Acimação, tel: 63-1486. **Tiragem:** 3.500 exemplares.

A RESPOSTA DE MAURO CHAVES

Em atenção à solicitação feita pelo jornalista Mauro Chaves, de "O Estado de São Paulo", por carta, referindo-se à matéria "A Apamagis exercita o seu direito de resposta", assinada pelo Desembargador Francis Selwyn Davis e publicada em junho pela Tribuna da Magistratura, abrimos espaço para a sua resposta:

O presidente da Apamagis afirma, textualmente, que sua entidade é uma "sociedade beneficente, representativa dos juizes paulistas". Sabe-se que toda sociedade beneficente cuida de pessoas carentes, que necessitam de assistência filantrópica. Sabe-se também que associações que "representam" profissionais, da atividade pública ou privada, são entidades de classe. No primeiro caso, por exemplo, estão as Casas André Luiz, o Lar Escola São Francisco, a Apae, etc. E no segundo estão a OAB, o Instituto de Engenharia, a Ordem dos Economistas, etc. Uma entidade que fosse, ao mesmo tempo, associação de classe e sociedade beneficente, teria natureza sui generis - para dizer o menos. A não ser que todos os seus representados pudessem ser considerados pessoas carentes, o que, absolutamente, não é o caso dos ilustres magistrados.

Para provar que o produto das contribuições (o 1% dos emolumentos) tem sido aplicado em "prioridades assistenciais", o presidente da Apamagis se refere aos "tratamentos hospitalar, médico, odontológico", etc., propiciados por aqueles recursos. Mas os magistrados não dispõem de sistema de seguridade, como todos os funcionários públicos do País? E por que o Hospital do Servidor "raríssimas vezes acolheu magistrados"? Não há nada a fazer contra tal odiosa e ilegal discriminação? Em todo caso, forçoso é reconhecer que a construção de prédio de verão no Guarujá, com muitos andares, piscina e tudo o mais, não se coaduna muito bem com a "finalidade assistencial" de

tratamento de carentes.

A autonomia do Judiciário, que além de exigência constitucional é desideratum da democracia, em hipótese alguma pode ser confundida com esse abusivo privilégio. O presidente da Apamagis certamente tem consciência disso. Terrível seria se, para ser autônoma, a Justiça dependesse de contribuições particulares derivadas de transações negociais, tais como a compra e venda de imóveis. A Apamagis deve manter-se com a contribuição de seus filiados, como quaisquer entidades de classe, representativas de quaisquer profissões do País.

O presidente da Apamagis afirma que muitos dos mais de cem signatários do abaixo-assinado, de juizes e desembargadores, dirigido ao presidente da Assembléia Legislativa, tendo em vista revogar a lei 3.724/83, teriam subscrito o documento "inadvertidamente", razão pela qual não mais o fariam. Como temos cópia autenticada do referido documento, com nome legível e/ou carimbo dos respectivos signatários, aguardamos que eles se pronunciassem a respeito, porquanto todos foram colocados, pelo presidente da Apamagis, sob suspeita de arrependimento.

O presidente da Apamagis estranha que o assunto, conquanto "repisado muitíssimas vezes" por este articulista "e por outros redatores do O Estado de São Paulo (sic) e do Jornal da Tarde", jamais tenha sensibilizado outros veículos de comunicação. Nisso o missivista tem inteira razão, mas se consultasse os arquivos destes jornais verificaria que tal circunstância não é, pro-

priamente, uma novidade.

O presidente da Apamagis afirma que o assunto é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, dando a entender que não deva ser exposto e discutido perante a opinião pública. Ora, tudo o que diz respeito à Assembléia Legislativa, assim como aos juizes de Direito, é do interesse público e deve ser tratado coram publico. Especialmente o que se refere à moralidade das leis e de sua aplicação.

Finalmente agradecemos o convite para visitar os três imóveis da Apamagis, sobre os quais já temos suficientes informações, que poderiam ser acrescidas do esclarecimento, por parte de sua Diretoria, dos valores arrecadados com a "contribuição" da Lei 3.724/83, desde sua vigência, assim como dos investimentos imobiliários deles decorrentes. Não vemos, no entanto, como referida visita possa nos esclarecer sobre a "finalidade assistencial" que a própria existência desses imóveis nega.

Francis Davis, presidente da Apamagis, esclarece

Mauro Chaves está mal informado, no tocante à existência de entidades de classe, também com finalidades assistenciais. Todos os sindicatos, inclusive o seu próprio, tem previstos, em seus estatutos, objetivos assistenciais e beneficentes. Aliás, a multiplicidade de finalidades, nas pessoas jurídicas, é a regra, não a exceção.

Confunde-se, outra vez, o ilustre jornalista, ao indagar porque, para tratamento médico, hospitalar e odontológico, os Magistrados recorrem à sua Associação, quando dispõem de sistema de seguridade, "como todos os funcionários públicos do País"? E propõe fazer-se alguma coisa contra a "odiosa e ilegal discriminação dos Juizes", que não são acolhidos, com maior frequência, pelo Hospital do Servidor. A resposta está na Constituição: os Juizes, na verdade, não são funcionários públicos, mas Órgãos do Estado, tanto quanto o Sr. Governador ou os Srs. Deputados. A rigor, tem direito ao mesmo tratamento de uns e outro, inclusive In-corrupção, etc. Mas preferem participar de convênios médicos pagos, como a grande maioria laboriosa de São Paulo, para terem para si e para os seus, uma assistência mais fácil de ser alcançada, ainda que continuando a contribuir para o amparo, oficialmente proporcionado aos funcionários públicos, em geral. Aliás, o mesmo também deve ocorrer com os renomados jornalistas de São Paulo, que, para suas pessoas ou familiares, na maioria dos casos, não se socorrem dos serviços assistenciais, reconhecidamente devotados mas sempre congestionados, oferecidos pelo INPS.

Equivooca-se, também, Mauro Chaves, quando nega a finalidade assistencial das Colônias de Férias. Em razão

dessa finalidade, todos os grupos profissionais já as têm, ou tratam de arranjá-las, com urgência, como meio de ensinar higiene mental, por algum tempo, aos seus associados, afastando-os das respectivas atividades laborativas. Existem mais de 500 colônias de férias, na orla marítima de São Paulo, certamente destinadas ao trabalhador que não pode comprar seu próprio apartamento, ou instalar-se em hotéis multi-estrelados. Lazer é reparação mental e psicológica, também para Juizes, a quem os processos contam estórias terríveis, que jamais se apagam de suas mentes. Além disso, os Magistrados só descansam, de fato, quando se afastam de suas Comarcas. Caso contrário, ante a pletoia de serviços, continuam trabalhando (há processos que nunca podem parar), estudando, sentenciando, preparando audiências, etc.

O percentual de 1% sobre o global do pagamento destinado aos tabeliães, em razão de serviços notariais de caráter privado (art. 236, da Constituição Federal), não onera os particulares que dos mesmos se utilizam, ocasionalmente, e que, de qualquer modo, iriam pagá-lo. Aquela "quantum" pode ser cedido, por seus destinatários, a uma associação beneficente, como a APAMAGIS, que tem em mãos nova e espontânea afirmação, nesse sentido, do Colégio Notarial de São Paulo. Também não é certo que entidades de classe, representativas de quaisquer profissões, possam manter-se apenas com as contribuições de seus filiados. Todas recebem doações várias, de terceiros, compulsórias ou voluntárias. Haja vista o "imposto sindical", obrigatório para todos os patrões e empregados da categoria, sejam ou não sindicalizados.

Em um ponto Mauro Chaves tem razão: a autonomia do Judiciário, além de exigência constitucional, é um "desideratum" da democracia. Mas será necessário que essa autonomia exista de fato, e não apenas na fantasia de sonhos. É preciso torná-la efetiva, através de aprovação, pelo Legislativo, da proposta orçamentária elaborada, como necessária e indeclinável e já encaminhada pelo Poder Judiciário. Não é possível que referida proposta seja glosada, muito menos, por influência do Poder Executivo, que constitucionalmente, não mais pode administrar, ao seu talento, o Erário Público, nem sobrepor-se, majoritariamente, aos outros dois Poderes de Estado. A aprovação da proposta do Poder Judiciário, sim, é um assunto importante, que merece ser tratado "coram publico" (sic) e pela vigorosa pena de Mauro Chaves. E, certamente, se a APAMAGIS estivesse contemplada naquela proposta (como sói acontecer em outros Estados, com as Associações de Juizes), poderia reverter aos tabeliães o 1% de custas notariais, que tanto molesta o jornalista...

Ligue seu micro na força da nova linha Televolt.



A força que seu micro precisa está na nova linha Televolt. EVA - é uma linha profissional de estabelecimentos. STEADY EE - ganhou um novo visual, mas continua econômico e eficiente. NBR 100 - o No Break do mercado estava precisando. FAX 300 - estabilizador desenvolvido especialmente para Fax-vide.

A Televolt tem uma ligação muito forte com a qualidade. Por isso, muito antes de ligar o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, a Televolt já tinha esse compromisso com seus clientes. Para maiores informações, ligue INPUT (Informações para Usuários Televolt, nosso pessoal vai dar a maior força.

TELEVOLT
Ligada na Qualidade

REPRESENTANTES: BELÉM (081) 277.7321 • BOLS MOURGUES (021) 342.7284 • PONTA DELGADA (021) 333.1803 • BRASÍLIA (061) 308.7785 • CAMPO GRANDE (051) 824.8004 • CONTAGEM (051) 811.7623
CURITIBA (041) 322.1122 • FORTALEZA (085) 233.3333 • GUARAPUAVAS (045) 42.2222 • LONDRINA (043) 321.8222 • PIRAQUARA (041) 321.8222 • PORTO ALEGRE (051) 333.3333 • RECIFE (071) 333.3333
RIO DE JANEIRO (021) 234.2342 • SÃO PAULO (011) 333.3333 • SÃO CARLOS (019) 333.3333 • SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (019) 333.3333 • TERESINA (066) 333.3333

ASSEMBLÉIA GERAL

(Em discussão temas de grande importância para a magistratura)

Concorrida, agitada, entusiasmada e democrática. Estes são os qualificativos para a última assembleia geral da Apamagis, realizada na manhã do dia 10 deste mês, e que terminou em consenso, confraternização e união de todos os seus participantes. Os temas discutidos, conforme a pauta editalícia, foram os seguintes:

Vencimentos: Conforme já noticiado na "Tribuna da Magistratura", tão logo concretizado o esperado aumento dos servidores federais — com consequente elevação do teto do S.T.F. — atendendo ao que já foi deferido pelo E. Órgão Especial em requerimento do Desembargador Francis Selwyn Davis, o Tribunal de Justiça irá implantar, imediata e automaticamente, o reajuste reconhecido ao Pretório Excelso para a Magistratura Paulista. As licenças-prêmio, período 78/88, conforme anúncio ao Presidente Davis, pelo Des. Aniceto Lopes Aliende, serão satisfeitas em 4

a pedido, transmitiu aos associados as aspirações, das outras carreiras de bachareis, exteriorizadas ao Exmo. Sr. Secretário de Justiça, quando de reunião conjunta naquela Secretaria.

Referidas aspirações assim podem ser resumidas:

a) Os Juizes de 1ª instância continuariam com 60 dias de férias por ano, sendo 30 coletivas, em julho, e 30 individuais, conforme ulterior regulamentação do T.J. (a duração das férias dos Magistrados está disciplinada em lei federal, não sendo passível de modificação por legislação estadual).

b) Coincidentemente com o que já existe nas Justiças Federal e Trabalhista, haveria um recesso de fim de ano na Justiça Estadual, durante o qual não haveria audiências nem impulsivamentos processuais, isto é, intimação das partes para efeito recursal. Durante o recesso, os Juizes Estaduais continuariam a trabalhar, normalmente, despachando processos que, por lei federal,

res estudos ou oportunidade, do projeto de lei em curso na Assembléia Legislativa (com vistas à próxima remessa ao Congresso, dos Estatutos da Magistratura).

b) se desatendendo esse pleito, dar seu apoio à emenda n. 1 do projeto, no sentido do primeiro período de férias (que seriam coletivas — 21/12 a 20/01) coincidir com aquele do recesso das Justiças Federal e Trabalhista. O outro período de 30 dias, seria de férias individuais.

Colônia de Campos de Jordão: Foi aprovado, com entusiasmo e por unanimidade, o projeto da Diretoria da Apamagis de aquisição de imóvel e construção de uma colônia de férias, em Campos de Jordão, com contribuição financeira dos associados. Referida contribuição será voluntária (isto é, cobrável após prévia aquiescência de cada associado), arbitrada em valor compatível e pelo período de um ano. No ato foram eleitos, para integrarem uma Comissão que deverá indicar o melhor imóvel, e condições de sua aquisição (a serem ratificadas em outra assembleia geral), os seguintes Juizes: Narciso Orlandi, Alvaro Augusto dos Passos, Paulo Alcides Amaral Salles, Carlos Teixeira Leite Filho, Eros Piceli, Nelson Pinto Ferreira, Maria Lúcia Pizzotti Mendes, Sebastião Tomaz de Oliveira, Nilton Grellet, Benedito Rafael, Paulo Beniveni Campos, Nilson Wilfred Ivanhoé Pinheiro e Lúcio Durante — os dois últimos juizes em Campos de Jordão.

O relato do Presidente: Durante a assembleia extraordinária do dia 10, o Des. Francis Davis fez um relato minu-

Ao final, o Presidente Davis fez veementemente pedido a todos os magistrados em favor de um decidido apoio à proposta orçamentária do E. Tribunal de Justiça, visando assegurar a autonomia financeira ao Poder Judiciário. Por aclamação, todos os presentes se prontificaram a somar esforços pela aprovação da referida proposta.

Por volta das 13h30 estava encerrada a assembleia geral extraordinária da Associação Paulista de Magistrados com uma bonita confraternização de todos.

Mensagem do Presidente da AMB: Impedido de participar da assembleia da Apamagis, o presidente da AMB, Des. Régis Fernandes de Oliveira — que na mesma data fazia uma conferência de abertura do Congresso de Magistrados gaúchos — enviou mensagem ao Presidente Davis desculpendo-se pela ausência. Na carta posiciona-se quanto aos temas tratados na assembleia afirmando que, em sua opinião, sobre as férias, ser favorável à extinção. "Sempre entendemos os serviços que prestamos como altamente importantes, e, como serviço público essencial do Estado, não pode ter solução de continuidade. Temos que privilegiar nossa função. Temos que prestigiar-la. É nosso dever dar algo de mais à população, sem prejuízo do sacrificante esforço que fazemos em prol da prestação da Justiça.

Como deverá haver o recesso, de dezembro (provavelmente de 21 até 6 de janeiro, nos termos da Justiça Federal), sobrarão quarenta e cinco (45) dias para fluíção de férias dos magistrados.

Claro que é a melhor solução. É claro que existem empecilhos burocráticos. Poderemos, com boa vontade e esforço, superar eventuais dificuldades, em prol da agilização da prestação jurisdicional a nosso povo.

Em relação à aquisição da colônia, quero cumprimentar o amigo, pela excepcional gestão à frente de nossa Apamagis, manifestando-lhe incondicional apoio pessoal e institucional sobre a decisão que foi tomada pelo E. Plenário da Assembléia.

Em suma, Senhor Presidente, lamento não estar presente para congregar com os colegas. É sempre bom voltar à vida associativa.

Em relação às pretensões da magistratura paulista, coloco-me à disposição para qualquer medida, seja pessoalmente, seja como dirigente da entidade nacional.

Agradeceria se apresentasse a todos os colegas meus respeitos e admiração que sempre nutri e continuo nutrido pela magistratura paulista".

Por volta das 13h30 estava encerrada a assembleia geral extraordinária da Associação Paulista de Magistrados com uma bonita confraternização de todos e uma certeza que, aliás, tem sido a marca destacada da atual administração, mesmo a custa de muitas incompreensões: nunca, em tempo algum, a magistratura de São Paulo esteve tão unida!



Ao alto uma visão da Assembléia e acima a mesa diretora dos trabalhos presidida pelo Des. Francis Davis (ao centro).

meses, calculadas conforme o valor dos vencimentos de cada mês de pagamento, a partir de setembro. As parcelas vencidas (78,27%), meses de janeiro e fevereiro, serão reclamadas em breve tempo.

Auxílio moradia: Foi aprovado unanimemente a minuta do projeto de lei, da Diretoria da Apamagis, a ser submetido ao E. Órgão Especial, relativo ao auxílio moradia, instrumento legal, existente em lei, para evitar estagnações forçadas nas carreiras de Juizes de Comarcas interiores, que não podem ascender a novos cargos ante as consequências econômicas que lhes advirão de suas promoções.

Férias: O projeto de lei enviado pelo Tribunal de Justiça à Assembléia Legislativa, tem sido motivo de grandes inquietações entre os Magistrados da 1ª instância, que, na anterior assembleia geral extraordinária, já tinham manifestado o seu desagrado por não poderem gozar as férias em companhia dos seus familiares. Na assembleia do último dia 10, o Presidente da Apamagis,

não tem suspensa sua tramitação, bem como aqueles de natureza urgente ou acuatelatória de direitos.

Os Juizes de São Paulo, porém, em elogiável demonstração de despreendimento pessoal, deliberaram, à quase unanimidade — para não desatender aos reclamos de outros bachareis — o seguinte:

a) insistirem na retirada, para melho-

rioso da situação dos vencimentos dos magistrados paulistas, aliás, melhorada exatamente em função da decidida atuação do Presidente da Apamagis. Na ocasião ele fez, também, uma síntese das obras da atual administração, principalmente as reformas e adaptação da sede Tabatinguera, a reforma da Colônia de Férias do Guarujá e as obras da sede social Dom Diniz.

REUNIÃO DOS COORDENADORES

Trinta e cinco Coordenadores Regionais da Apamagis, atendendo à convocação do Presidente Francis Davis, estiveram reunidos na noite do último dia 9, no salão de convenções do Brasilton Hotel, da Capital. A reunião foi preparatória para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizaria no dia seguinte na Sede Social Dom Diniz.

Além dos Projetos de Lei que tratam do auxílio moradia e das férias dos magistrados, também foi transmitida aos presentes a informação da aprovação do Projeto de Lei sobre gratificação eleitoral pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal.

Uma boa notícia foi a autorização do pagamento da licença prêmio correspondente ao período 78/88, em 4 prestações, a partir de setembro.

Na mesma reunião foi solicitado aos Coordenadores para que divulguem o máximo possível, a isenção do Imposto de Renda para os magistrados aposentados safenados. Basta, para isso, que seja feito um requerimento ao Presidente do E. Tribunal de Justiça.

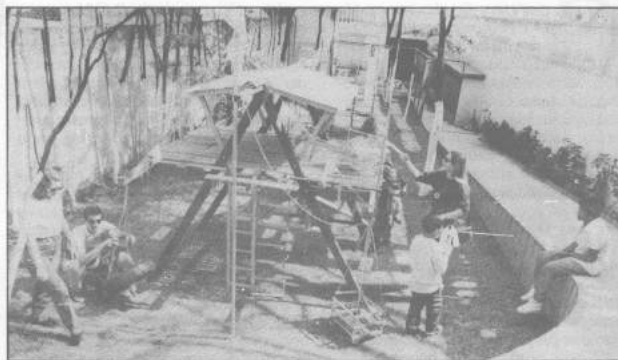
Os Coordenadores Regionais da Apamagis também ficaram sabendo da isenção conquistada pela atual administração, relativamente ao pagamento de IPTU pela Colônia de Férias do Gua-

rujá e imóvel em Mairiporã. Requerimentos para obtenção do mesmo benefício para os demais imóveis da Associação já deram entrada nas respectivas repartições onde estão cadastrados.

Foi dada, também, uma visão muito clara aos presentes das gestões da Diretoria para a construção de uma colônia de férias em Campos do Jordão. Também na reunião dos Coordenadores, o Pres. David pediu a todos o máximo apoio na defesa da proposta orçamentária do Tribunal de Justiça junto à Assembléia Legislativa, que permitirá a autonomia financeira do Poder Judiciário.

Um assunto que também esteve em pauta durante o último encontro dos Coordenadores da Apamagis foi, exatamente, a regulamentação das suas atividades. Por não ter havido um consenso, a Diretoria propôs para a próxima reunião dos Coordenadores uma definição final do assunto.

Ao final do encontro, o juiz Ricardo Monte Serrat, de Ribeirão Preto, apresentou desculpas ao Diretor Secretário, Henrique Nelson Calandra, por um incidente ocorrido na reunião anterior, no que foi prontamente acompanhado pelo 1º vice-Presidente Sergio Jacintho Guerrieri Rezende.



Novos brinquedos

Enquanto os papais discutiam os problemas colocados em pauta na última Assembléia Geral Extraordinária da Apamagis, as crianças se divertiam a valer nas novas atrações destinadas aos meninos e meninas, com até 5 anos de idade.

Agora, além da piscina, das quadras externas e do ginásio onde se pode pra-

cticar volei, basquete, futebol de salão, tênis e um mundo de outros esportes, os pequeninos já tem onde ficar. Com os novos brinquedos, também os papais terão um pouco mais de folga. O duro, na hora de ir embora, é arrancar a criança do seu mundinho. É um berreiro só!!!

Comissão conclui estudos para agilizar Judiciário

A comissão de juristas nomeada pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e liderada pelo Des. Régis Fernandes de Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, concluiu o projeto cujo objetivo é simplificar, agilizar e racionalizar a legislação processual penal.

Reunido em quatro ocasiões — as duas últimas em São Paulo — esse grupo fez um diagnóstico dos motivos que emperram o andamento dos processos na Justiça. "Primeiro, é preciso saber onde e por que o processo pára. Só assim pode-se chegar a fórmulas e soluções rápidas e eficazes para agilizar o Judiciário", garante Régis Fernandes de Oliveira.

A parte penal da racionalização está concluída, mas a parte civil exigirá provavelmente mais duas reuniões. A comissão, que é formada por magistrados de todo o país, já tem muitas sugestões que servirão para agilizar os processos. Entre estas a ampliação da competência

do Juizado de Pequenas Causas; agravo de instrumento interposto diretamente ao tribunal; citação e intimação por via postal (correio); alterações na sistemática da prova pericial e a criação de mecanismos de estímulo à conciliação.

Segundo o Des. Régis Fernandes de Oliveira, "com esse trabalho a Magistratura oferece a sua colaboração, apresentando várias propostas de desburocratização da legislação. Só assim o povo terá acesso à Justiça".

A comissão de racionalização está assim constituída: Desembargador Regis Fernandes de Oliveira (TJE/SP), presidente; juiz Leopoldino Marques do Amaral (MT), vice-presidente; Juiz Humberto Eustáquio Martins (DF), secretário; ministro Athos Gusmão Carneiro (STJ); ministro Luiz Vicente Cernicchiaro (STJ); ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (STJ); Des. Kazuo Watanabe (TJE/SP); procurador Mauro José Ferraz Lopes (RJ); professor José Manoel Arruda Alvin (PUC/SP) e juiz Donaldo Armelino (1º TAC/SP).

Conselho Externo

A luta da AMB obteve êxito. O senador Maurício Correa retirou o projeto de emenda constitucional que criava o Conselho Nacional de Justiça.



Cobertores Parahyba A MODA EM COBERTORES

Escritório Central

Av. Paulista, 1.938 - 16º And./ São Paulo - SP
Fone: 289.9033 Fax: 289.2359

Fábrica

Av. Eng.º Sebastião Gualberto, nº 545
São José dos Campos - SP. Brasil

Caixa de Assistência Médica e Hospitalar



Des. Eduardo Cunha de Abreu

Criada em 28 de janeiro de 1962 como departamento autônomo da Apamagis, a Caixa de Assistência Médica e Hospitalar dos Magistrados — mais conhecida como C.C.H. (Centro Cirúrgico Hospitalar) — faz, hoje, o que fazia na data de sua fundação: auxilia, monctariamente, juizes e desembargadores que, eventualmente, necessitem de serviços médicos.

“Ela só sobrevive porque a classe tem uma saúde de ferro e a procura é pequena”, revela o Des. Eduardo Cunha de Abreu, presidente do C.C.H., acrescentando que este não é praticável atuarialmente, “pois arrecada uma porcentagem mínima em relação ao benefício que proporciona aos associados”.

“Nossa preocupação primordial”, prossegue o Des. Eduardo, “é reduzir ao mínimo a burocracia existente. Um associado que tenha, por exemplo, passado por uma cirurgia, não precisa mais do que nos trazer os xerox dos comprovantes das despesas hospitalares para ser ressarcido. E isto em uma semana no máximo, sem maiores formalidades ou exigências. Para o nosso associado, esse benefício sai por uma quantia ínfima”.

O valor mensal de contribuição pago pelo associado é (agosto de 91) de Cr\$ 4.600,00 por usuário, quantia irrisória se comparada aos preços praticados pelas empresas de assistência médica, que funcionam, praticamente, nos mesmos

moldes. Pela tabela do C.C.H., o teto de reembolso, em agosto, no caso de cirurgia, era de Cr\$ 680.000,00, valor atualizado bimestralmente, o que pode dar uma idéia da desproporção entre custo e benefício. Além de cirurgias, também são cobertas as despesas referentes a simples hospitalização, parto normal e ortopedia.

As liberações são feitas todas as quartas-feiras, numa das dependências da Apamagis, onde são examinados os pedidos de reembolso para ressarcimento, tarefa a cargo da secretária dona Elza D'Ambrosio Busato, há mais de 20 anos prestando serviços ao C.C.H.

De acordo com o Des. Eduardo Cunha de Abreu, são pagos, anualmente, por volta de 100 benefícios, excluídas despesas decorrentes de consultas médicas, radiografias ou exames de laboratório, as quais não são reembolsáveis, salvo se efetuadas no curso da cirurgia e embutidas na conta hospitalar.

São associados do C.C.H. os magistrados da Justiça do Estado de São Paulo, em atividade, aposentados ou em disponibilidade, cuja inscrição for admitida, seus familiares e agregados. Não são, portanto, pedidas quaisquer outras exigências para que o magistrado se torne sócio, a não ser, é claro, a que prevê o pagamento mensal do valor de contribuição, por dependente, e a obediência ao prazo de carência (estipulado em dez meses), inferior aos

12 meses exigidos pela maioria dos planos de saúde em vigor.

Diz o Des. Eduardo Cunha de Abreu que a Caixa de Assistência Médica tem, aproximadamente, 1.000 associados, que se reúnem em assembleia anual para a escolha da diretoria. Ele foi reeleito em fevereiro passado para cumprir mais um mandato.

“As metas do C.C.H. não são ambiciosas. O objetivo é o de adequar — com o menor custo possível aos associados — o valor de seus tetos aos preços cobrados pelos médicos e entidades prestadoras de serviços reembolsáveis”, conclui o Des. Eduardo Cunha de Abreu.

Orientação sobre a pena de morte

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, lançou no último dia 16 uma campanha nacional contra a aplicação da pena de morte, cujo programa tem a coordenação do professor e eminente criminalista, J.B. Viana de Moraes. O lançamento da campanha fez parte das comemorações da fundação dos Cursos Jurídicos no País.

Representando os presidentes das Associações Paulista e Brasileira de Magistrados - Desembargadores Francis Davis e Régis Fernandes de Oliveira, respectivamente - que por motivo de força maior não puderam comparecer, esteve presente o juiz Henrique Nelson Calandra. Entre outras presenças, destacamos os Senadores Mario Covas e Eduardo Matarazzo Suplicy, além do presidente da OAB-SP, Dr. José Roberto Batocchio.

Segundo o presidente da seção paulista da OAB, o programa continuará em setembro, “com a finalidade de esclarecer a opinião pública para que ninguém seja induzido a erro quando fizer sua opção entre a violência e o Direito, entre a vingança e a compreensão, entre a desordem e a tranquilidade”.

As discussões sobre a pena de morte continuarão em setembro, nos dias 3 a 6 e nos dias 10 e 11, sempre às 20 horas, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Estabilizadores de voltagem e “no break”

Juiz Alberto Marino Neto Diretor de Informática da Apamagis

Muitos colegas têm procurado a Diretoria de Informática solicitando informações sobre estabilizadores de voltagem e aparelhos “no break” para micros. Segue, então, uma resumida explicação a respeito.

Todos os aparelhos eletrônicos e elétricos, entre eles os de informática, são fabricados para serem ligados a redes elétricas com tensão estabilizada, via de regra, de 110 ou 220 volts.

No entanto, embora as concessionárias de energia elétrica anunciem que fornecem essas voltagens em suas redes, a realidade é diferente.

Normalmente, em determinadas regiões e em horários de pico de uso de energia elétrica, a tensão servida chega a cair em cerca de 20%. isto é, recebe-se pela rede menos de 90 ou 180 volts.

Mesmo assim, a maioria dos aparelhos continua funcionando, mas com grande sacrifício e sobrecarga, o que diminui em muito sua vida útil, dando margem, às vezes, a danos de grande monta em seus componentes. Quanto mais delicado o aparelho, maior é a possibilidade de avarias.

Devido à má qualidade de nossa rede de energia elétrica, o inverso também acontece, quando a tensão servida sobe

abruptamente, o que pode causar a queima dos circuitos.

Só existe uma maneira de evitar tais surpresas desagradáveis e garantir a regularidade da tensão utilizada pelos aparelhos. O uso de um eficiente estabilizador de voltagem.

Tal aparelho, ligado à rede, mede a tensão servida e, automaticamente, supre a falta ou bloqueia o excesso verificado, servindo uma voltagem correta e constante aos aparelhos a ele ligados.

Assim, mesmo que a rede varie a tensão para mais ou para menos do que a exigida, o aparelho ligado no estabilizador não sofre qualquer alteração e nem mesmo sente a irregularidade.

A eficiência de um estabilizador de voltagem está na precisão e na velocidade em que opera as correções diante das variações de voltagem que encontra na rede, pois se trabalha de forma muito lenta (e o tempo aqui é medido em milésimos de segundo) o aparelho ligado à sua saída, inevitavelmente, vai sofrer, mesmo que por pouco tempo, com a oscilação.

Exemplos disso vemos diariamente em nossas casas. Quando a rede não é de excelente qualidade, percebemos

que as lâmpadas, a televisão e outros aparelhos apresentam variação no momento em que ligamos um chuveiro, um ar-condicionado, um microondas, etc. Isto ocorre porque esses aparelhos consomem muita energia e, quando ligados, acarretam uma queda na tensão da rede, que é sentida pelos aparelhos mais sensíveis.

No caso dos computadores, quando ocorre uma queda muito acentuada na rede, podem não só apresentar variações na tela do monitor, mas também sofrer danos graves.

A queda acentuada de voltagem acarreta a famosa “queda do sistema”, isto é, desliga o sistema, provocando, inicialmente, a perda de todos os dados que se encontram na memória RAM e ainda não foram gravados em disco. Mas pior ainda é o dano que o disco rígido pode sofrer nessas condições. Esse “drive” funciona, a grosso modo, como um disco de vitrola que é lido por um braço magnético. No entanto, tal braço é mantido em suspensão, durante a leitura, a uma distância microscópica do disco, e não pode encostar neste em hipótese alguma, sob pena de perda definitiva das informações gravadas e de dano irreversível em sua super-

fície. Se o sistema cai durante uma leitura, o desastre é inevitável, pois o braço magnético perde a sustentação e desaba sobre o disco.

O estabilizador de voltagem pode, então, evitar a variação de energia mesmo quando a rede oscila acentuadamente. No entanto, nada pode fazer pelo sistema quando ocorre o corte de energia na rede, mesmo que por instantes. Para solucionar esse problema podemos contar apenas com o “no break”, que é um aparelho que fica ligado à rede e, no caso de corte de energia, aciona instantaneamente suas baterias, que passam a alimentar o computador, sem que este nem mesmo sinta a mudança. Como os estabilizadores, o “no break” é eficiente quando age em velocidade rápida o suficiente para que o aparelho a ele ligado não sinta o corte de energia elétrica da rede e o acionamento das baterias, evitando a queda do sistema, a perda de dados e os eventuais danos nos componentes.

Diante do exposto a escolha fica a critério do freguês. Proteger o equipamento, gastando um pouquinho mais, ou submetê-lo às variações de tensão elétrica, com o conseqüente risco de queima total de seus componentes... eis a questão.

Fraternidade Judiciária

Criada há cerca de três anos, a Fundação da Fraternidade Judiciária nunca se desviou de seu objetivo primordial: auxiliar e minorar problemas de ordem jurídica e financeira enfrentados por servidores do Poder Judiciário, conforme adiantava o jornal Tribuna da Magistratura em sua edição de outubro de 1990.

Nem poderia ser diferente, pois foi dentro de um espírito eminentemente filantrópico que a entidade teve origem. fruto de um trabalho desenvolvido por um grupo de desembargadores, à frente do qual estava o Des. Nereu César de Moraes, ex-presidente do Tribunal de Justiça, que não mediu es-

forços para que o projeto passasse da teoria à prática.

Desde a posse do seu primeiro presidente (Des. Marcos Nogueira Garcez) até o atual (Des. Fábio Costa Carvalho Moretzsohn de Castro), a Fundação tem procurado servir aos interesses daqueles funcionários mais necessitados, os quais se valem dos serviços prestados pela entidade na esperança de verem seus problemas solucionados.

A prova inequívoca da marcante atuação da entidade junto a esses funcionários pode ser avaliada tendo-se em vista o último boletim divulgado, correspondente ao 1º semestre de 1991 (leia no boxe).

- Assistência Jurídica: 216 atendimentos
- Assistência Saúde pelo convênio firmado com a Clínica Infantil do Ipiranga: 250 atendimentos, entre consultas, exames, internações e pequenas cirurgias.

- Auxílios: - bolsa de estudo: 74
- cheque (manutenção): 03
- crianças excepcionais: 05
- emergência: 10
- extraordinários: 03
- funeral: 27
- saúde: 14
- transporte (mudança): 03

- Aquisições: aparelhos ortopédicos: 04
- aquecedor de marmita (para 500 funcionários): 02
- colchão de água: 01

- Ofícios expedidos: - apresentação ao IPESP: 04
- apresentação a escolas (bolsa): 05

A Assistência Social funciona diariamente e atende pelos telefones 239-0521 com Sra. Tais e 231-1188 r. 269, com Sra. Maísa. Já os serviços de Assistência Jurídica, reiniciados a partir deste mês podem ser solicitados todas as terças-feiras, à avenida Liberdade, 701, no horário das 14:00 às 17:00 horas.

Des. Marcos Garcez, o 1º presidente



Amável, solícito, sempre disposto a oferecer uma palavra amiga e, sobretudo, humilde, o Des. Marcos Nogueira Garcez (irmão do falecido governador Lucas Nogueira Garcez) não se tornou o 1º presidente da Fundação da Fraternidade Judiciária por mero acaso. Aquelas qualidades, ele soma um amor muito grande pela Magistratura, à qual se dedicou de corpo e alma por mais de 40 anos, o que lhe valeu o respeito e a admiração de conceituados juristas do país.

Ele assumiu a presidência da Fundação a pedido do Des. Nereu Cesar de Moraes, que a estruturou e foi o responsável pela elaboração e seus estatutos.

"Eu estive lá desde o início, assisti o registro dos estatutos e organizei os serviços que contribuíram para a sua consolidação", conta o Des. Nogueira Garcez. "Somente então, e conforme havia combinado com o Des. Nereu e o restante da Diretoria, pedi exoneração. Não podia permanecer porque tinha outras atividades e me era impossível acumulá-las".

Nascido em São Paulo, embora os

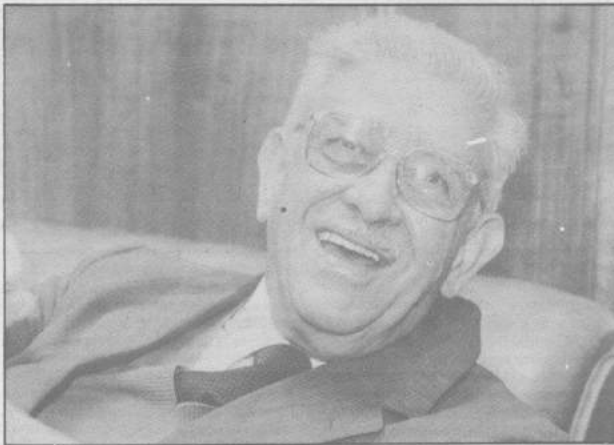
pais e os avós fossem de Queluz, cidade do Vale do Paraíba, o Des. Nogueira Garcez ingressou na Magistratura em 1947, após formar-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Ele começou a carreira como Juiz Substituto em Lorena, tendo se removido posteriormente para Santa Rita do Passa Quatro, na época Comarca de 1ª entrância, "onde o serviço estava rigorosamente em dia, pois o expediente não era muito volumoso. Já em Monte Aprazível, onde também atuei, encontrei um volume de autos muito extenso e tive de me esforçar para mantê-lo em dia".

Antes de vir para São Paulo, como Juiz Auxiliar, ele passou ainda por São Carlos, mas foi na Capital que sua carreira deslançou, ao assumir a 4ª Vara da Família. Foi, depois, Juiz Substituto de 2ª entrância e juiz do 1º Tribunal de Alçada Civil antes de ingressar no Tribunal de Justiça, o qual presidiu no biênio 1986-1987. Encerrado o mandato, e como estava para cair na compulsória, pediu a aposentadoria.

Hoje, aos 72 anos de idade, o Des. Nogueira Garcez não gosta de falar sobre si mesmo, mas anima-se quando o assunto é a Magistratura. "Acompanho a Magistratura com muito entusiasmo e se tivesse que começar tudo de novo ia ser, novamente, Juiz de Direito. Das funções humanas, acho a de juiz a mais nobre de todas. É maravilhoso a pessoa poder trabalhar para que haja paz social, distribuindo Justiça para que os homens possam se entender. Meu maior orgulho foi o de ter presidido durante algum tempo a Magistratura do Estado de São Paulo, que é muito gloriosa", admite.

Ele se orgulha, igualmente, de ter sido secretário da Apamagis na época em que a Associação ainda engatinhava - "naqueles tempos havia um presidente, um tesoureiro, um secretário e nada mais", recorda-se. "Quando fui secretário, o presidente da Apamagis era o Des. Pinheiro Machado e o tesoureiro, o Carvalhinho" (Des. Francisco Thomaz de Carvalho Filho).

O Des. Nogueira Garcez acompanha



com muito interesse o dia a dia da Associação e se diz impressionado com a gama de atividades hoje nela desenvolvida. Confessando-se admirado diante de seu crescimento, não nega elogios à atual administração. Para ele, é sempre "um grande refrigério saber notícias de sua classe e dos seus colegas", as quais acompanha com interesse lendo a Tribuna da Magistratura e demais publicações da Apamagis. Sente grande admiração e afeição por todos os juizes e a certeza de que procuram distribuir a Justiça da melhor maneira possível.

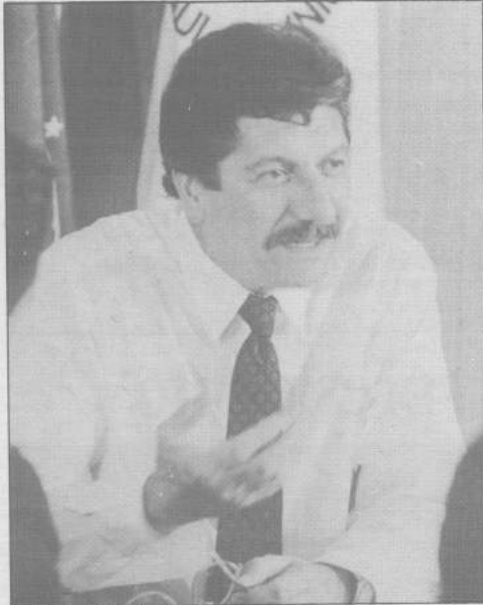
"A perfeição é um atributo que não é da humanidade, nós apenas nutrimos o estímulo de nos tornarmos cada vez melhores. Eu sei que meus colegas da Magistratura procuram ser sempre justos, mas chegar a essa perfeição não está em nós. Ainda temos muita coisa 'prá' fazer, mas tenho certeza absoluta que evoluímos para melhor e a Magistratura do Estado sempre vai dar grande satisfação ao povo de São Paulo e às próximas gerações dos nossos magistrados", acrescenta, não sem antes observar que as agruras da Justiça, atual-

mente, são as mesmas que no passado.

Apesar de aposentado, o Des. Nogueira Garcez continua em plena atividade e é hoje o administrador do tradicional Colégio São José, pertencente à Santa Casa de Misericórdia, cargo que ocupa voluntariamente, sem receber por isso qualquer remuneração. E, na verdade, não só nada recebe como também ostenta o título de "mordomo do colégio São José", denominação que credita ao fato de o regulamento da Santa Casa ser muito antigo, de uma época em que não havia outra classificação para a função que ora ocupa. "Desse modo, tornei-me mordomo, mas um mordomo sem a mínima mordomia", brinca.

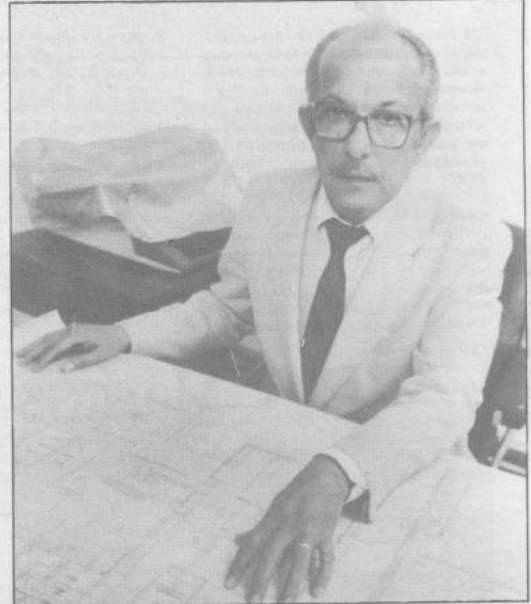
Homem realizado, o Des. Nogueira Garcez costuma dizer que dá muito pouco diante do tanto que Deus lhe deu. "Não só a mim, como também à minha família, e eu me sinto obrigado a retribuir um pouco para o meu próximo daquilo que recebi". Difícil concordar com tal afirmação. Isto é mais uma prova da humildade de um homem que, mais do que um exemplo, é uma lição de vida a ser seguida.

Em Campinas, o primeiro F



Prefeito Jacobo Bittar tornou o sonho realidade

Data de 1811 a criação da primeira comarca do Interior, a comarca de Itu, que compreendia todo o território paulista não pertencente à comarca da Capital. Na época, a Província de São Paulo possuía apenas duas comarcas: a de São Paulo, criada em 1669, e a de Paranaguá, em 1723. Foi em 23 de fevereiro de 1833 que o Conselho do Governo decretou a subdivisão judicial da Província, criando três novas comarcas: Santos, Taubaté e Campinas.



Juiz Dionísio Barbosa, de cuja luta resultou a conquista

A comarca de Campinas, separada de Itu, compreendia as cidades de Piracicaba, Mogi Mirim, Casa Branca, Batatais, Franca e Bragança Paulista.

No dia 5 de fevereiro de 1842 a comarca de Campinas era elevada à condição de 2ª entrância, compreendendo os municípios de Campinas, Piracicaba e Limeira, conforme a lei imperial nº 261 de 3 de dezembro de 1841.

Campinas tem, hoje, 16 Varas assim distribuídas: 10 Cíveis, 4 Criminais uma do Juri e outra da Infância e Juventude. O Palácio da Justiça, que em 1953 tinha somente 2 funcionários, conta atualmente com 530, número ainda insuficiente.

Contando com, aproximadamente, 1.200.000 habitantes, Campinas é uma das mais importantes cidades do Brasil, seja pelo fator econômico, seja pela posição geográfica que ocupa - dista cerca de 100 quilômetros da Capital e é servida por modernas rodovias, ferrovias e pelo aeroporto de Viracopos, que facilitam sobremaneira o acesso a ela. Nas últimas eleições Campinas tinha pouco mais de 500.000 eleitores.

Legislação é o grande problema

Com a decisiva atuação do Dr. Dionísio Barbosa, diretor do Fórum de Campinas, a solidariedade dos 4 Desembargadores residentes no município e o apoio incondicional do prefeito Jacobo Bittar; da secretária dos Negócios Jurídicos do município, Dra. Ophelia Amorim Reinecke, e do presidente da Câmara Municipal, vereador Marco Antonio Abi Chedid, Campinas está prestes a tornar-se a primeira cidade do Interior de São Paulo a ganhar um fórum regional.

Não é de hoje que a luta para a sua

criação vem sendo liderada pelo Dr. Dionísio. Homem de poucas palavras ele é profundamente devotado à causa da Justiça e extremamente franco na abordagem dos problemas relativos ao Poder Judiciário. Em sua opinião, são muitas as distorções enraizadas na estrutura judiciária. E cita exemplos:

"Enquanto São João da Boa Vista, com menos de 100.000 habitantes, tem 3 Varas - o que dá um total de pouco mais de 30.000 por Vara -, Campinas, com seus 1.200.000 habitantes, possui somente 4 Varas Criminais - o equivalente a 300.000 por Vara."

Isto não significa, contudo, que o aumento no número de juizes irá, por si só,

solucionar o problema. Para o Dr. Dionísio, é preciso mais do que isso - é necessário alterar a legislação. "Essa alteração, aliada a atuação dos Juizados de Pequenas Causas, minimizaria em muito o problema", diz.

O diretor do Fórum de Campinas não vê, por exemplo, necessidade de um inventário quando os herdeiros maiores e capazes estão de acordo com a partilha. O mesmo ocorre com a separação consensual: "se os dois estão de acordo e querem se separar, por que proeurar a Justiça?"

"O formalismo e o excessivo também devem acabar", arremata o Dr. Dionísio, que desde 1985 dirige o fórum do município. Paulista de Aguai, ele ingressou na



Dra. Ophelia A. Reinecke, uma extraordinária aliada



Pres. da Câmara, ver. Marco Abi Chedid, sensível ao problema

Magistratura em 1970, tendo passado anteriormente por Mogi-Mirim, Angatuba, Cajuru e Mogi-Guaçu antes de fixar-se em Campinas, onde chegou em junho de 83, para presidir a 4ª Vara Criminal.

"A criação do fórum regional vai aliviar enormemente o problema da saturação, já que o atual prédio não tem condições de comportar sequer uma vara a mais. Se tudo correr conforme o previsto, o fórum regional deve estar concluído num prazo de 6 a 8 meses", prevê.

Prefeito contribuiu decisivamente

O terreno para a construção do fórum regional de Campinas foi doado pela Prefeitura, que também será responsável pela construção do edifício. A planta já está pronta e a expectativa é de que o novo fórum esteja em pleno funcionamento a partir de agosto do próximo ano.

"Campinas necessita de uma prestação judicial maior do que a que tem sido feita e a Prefeitura resolveu se engajar nessa luta", afirma o prefeito Jacobo Bittar. "Embora não seja competência da Prefeitura, entendo que tudo que vier a beneficiar o município é da competência do município, e o município podendo fazer, que faça".

A obra está avaliada em Cr\$ 300.000.000,00 e a Secretária dos Negócios Jurídicos da Prefeitura, Dra. Ophelia Amorim Reinecke, faz suas as palavras do prefeito. Ela não mediu esforços para que o projeto fosse aprovado pela Câmara.

"Além de agilizar a Justiça, o fórum regional torna-a muito próxima da população que a busca, e tudo aquilo que é de interesse da comunidade é tarefa da Prefeitura, não importando o Poder a que esteja subordinado".

a de Campinas

Fórum Regional do Interior

A pesar de o Des. Canguçu de Almeida ter nascido em Campinas, não julgou no município e sim em Barretos, chegando a receber o título de Cidadão Barretense ao ser nomeado para o Tribunal de Justiça.

O Des. Marino Falcão Lopes orgulha-se, por sua vez, de ser o único Desembargador do TJ paulista nascido no Acre, de onde saiu com tenra idade. Recentemente, esteve em Rio Branco para inaugurar uma grande avenida que leva o nome do avô, Emílio Falcão, um dos pioneiros da revolução acreana.

Bugrino fanático, do Des. Álvaro Cury comenta-se que, quando professor, aprovava somente os alunos torcedores do Guarani. Ele ri da brincadeira, mas admite seu amor pelo futebol e também o fato de ter sido dirigente do clube.

O Des. Olavo Camargo Silveira, que completaria a lista dos desembargadores do Tribunal de Justiça residentes em Campinas, não foi ouvido por estar em gozo de férias nos Estados Unidos.

“Magistrados de São Paulo são heróis”

Na Magistratura desde 1972 pelo 5º Constitucional do Ministério Público, o Des. Marino Emílio Falcão Lopes é o 2º vice-presidente do Tribunal da Justiça, integrando o Órgão Especial constituído pelos 25 Desembargadores mais antigos do Tribunal.

Enquanto magistrado, atuou mais demoradamente na área criminal e atribuiu ao destino o fato de ter sido nomeado juiz do Egrégio 2º Tribunal de Alcada Civil, onde ingressou em 1972, até 1979, ao ser indicado para o Tribunal de Justiça. Por sua longa vivência na área criminal, desde 1980 atua na Sessão Criminal.

Ao observar que os magistrados de São Paulo vivem esmagados sob uma avalanche de processos, afirma que “eles se comportam como verdadeiros heróis”. “Os processos sucedem-se de maneira interminável, num trabalho verdadeiramente incessante. Para que a máquina pudesse funcionar melhor, seria preciso o dobro ou o triplo dos juizes atuais, mas apesar da



Des. Álvaro Cury, catarinense por acaso, adotou Campinas desde menino.

Quatro Desembargadores residem hoje em Campinas, mas apenas um deles é natural da cidade: o Des. Caio Eduardo Canguçu de Almeida, filho de família tradicional no município. Mas os Des. Marino Emílio Falcão Lopes, Alvaro Cury e Olavo Camargo Silveira, embora não tenham nascido em Campinas, adotaram como sua a cidade.

Eles viajam com frequência para a Capital cumprindo um ritual a que já estão habituados: lotar o carro com processos não somente de Campinas, mas também de Jundiaí, e reunir-se em suas Câmaras. Para racionalizar o trabalho e reduzir as despesas com combustível, dividem o mesmo carro.



A foto da velha S. Francisco enriquece o gabinete do Des. Marino Falcão

flagrante insuficiência de magistrados, faz-se o que é possível e o Poder Judiciário cumpre o seu dever na medida do que é humanamente possível”.

Para ele, a autonomia financeira do Judiciário é uma conquista fundamental, desde que não se limite apenas a figurar na Constituição — “ela tem de ser concretizada”, afirma. “A partir do momento em que a autonomia financeira vier de fato, será uma grande conquista para o Poder Judiciário”.

O Des. Marino Falcão Lopes acompanha com interesse as atividades da Apamagis, que considera uma grande entidade de classe.

“Trata-se de uma entidade que só pode merecer o nosso apoio e aplauso e lamento unicamente o fato de não poder, por morar em Campinas, colaborar mais de perto com ela. Mas acompanho intensamente suas atividades associativas, das quais sou entusiasta. A obra benemérita levada a cabo pela Apamagis é digna dos maiores aplausos”.

Estudar, a fórmula do sucesso

Uma recordação muito grata ao Des. Álvaro Cury é a da sua turma na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, integrada por nomes que mais tarde se tornariam famosos na vida pública, tais como Almino Afonso e Plínio de Arruda Sampaio e Desembargadores do porte de Pedro da Silva Leme e Fábio Moretzsohn de Castro.

“Na Magistratura eu estou desde 1979”, conta, “tendo sido nomeado pelo Quinto dos advogados. Em 1983 vim para o Tribunal de Justiça. Apesar de residir em Campinas, nasci em Porto União, Santa Catarina”.

No Tribunal de Justiça ele integra a 6ª

Câmara Criminal, juntamente com os Des. Nelson Fonseca, Djalma Rubens Lofrano e Reynaldo Ferraz Ayrosa, e recebe 20 processos por semana. O trabalho é árduo, reconhece, e não raro, é obrigado a passar o fim-de-semana debruçado sobre uma pilha imensa de processos. Mira-se, porém, no exemplo dos juizes da Comarca de Campinas.

“Eles são uns abnegados, pois Campinas está sendo injustiçada, uma vez que comportaria um número muito maior de varas. Ribeirão Preto, com metade da população de Campinas, tem o dobro de varas. Não dá pra entender. Felizmente, o fórum regional deverá resolver em grande parte esse problema”.

Quanto à Apamagis, diz que “vem cumprindo sua finalidade. Claro, ela não é perfeita e uns poucos se queixam: o pessoal da nossa classe é queixoso. No entanto, os presidentes que têm passado pela Associação sempre demonstraram muita eficiência, particularmente o Des. Francis Davis, com suas atitudes corajosas e atuantes, que lhe valeram a recondução à presidência da entidade”.

Com a longa experiência acumulada como professor de Direito Penal da PUC — mais tarde foi eleito diretor da faculdade — ele ensina que não há fórmula para o sucesso. “A fórmula é estudar, apesar de o ensino médio ter caído brutalmente. O concurso de ingresso na Magistratura é muito difícil, por isso ninguém consegue nada sem estudar. Ninguém pode prescindir do estudo nem da humildade, sem os quais o homem não consegue atingir a meta a que Deus o destinou”.

“Mudança na legislação é fundamental”

Formado em 1963 pela Pontifícia Uni-

versidade Católica, o Des. Caio Eduardo Canguçu de Almeida advogou até 1967, quando ingressou na Magistratura. A exemplo de tantos outros magistrados de carreira, começou em Catanduva, como Juiz Substituto, passando, posteriormente, por Tambau, Porto Ferreira e Barretos, onde permaneceu durante cinco anos antes de vir para São Paulo. Aos 49 anos (hoje tem 52) ingressou no Tribunal de Justiça.

Atualmente integrando a 2ª Câmara ao lado dos Des. Angelo Gallucci, Renato Laercio Talli e José Alberto Weiss de Andrade, o Des. Caio Canguçu de Almeida é um homem que acompanha atentamente os problemas da Comarca de Campinas.

“Já tive a oportunidade de necessitar dos serviços forenses e sei que a Comarca é bastante pesada e movimentada, fazendo por merecer uma ampliação dos quadros para melhor atender a demanda. O fórum, hoje, está saturado. São necessários juizes, promotores e, principalmente, novas varas”.

Para ele, a mudança da atual legislação é fundamental para melhorar a morosidade e os problemas relativos à Justiça. “A legislação em vigor é muito propícia para o retardamento dos processos”, esclarece, antes de observar “que uma reformulação profunda melhoraria substancialmente o problema”.

Homem de hábitos metódicos, mantém uma rotina diária de trabalho. Geralmente às 7hs. já está de pé para começar a examinar a pilha de processos e redigir os seus votos. “Ainda não me adaptei a essa programação do Tribunal, de assessores e secretários para os Desembargadores” confessa, acrescentando que “essa é uma forma de trabalho que adotou desde o início da carreira”.

Referindo-se à Apamagis, o Des. Caio Canguçu de Almeida diz que vê a atuação da entidade como muito dinâmica. “De uns anos para cá ela se desenvolveu, se fez atuante e tem atendido em muito os anseios dos associados. Para esse atendimento ser perfeito, acho apenas que a Associação poderia melhorar o convênio de assistência médica, que não abrange Campinas”.



Des. Caio Canguçu de Almeida é o único nascido em Campinas

COMARCA DE CAMPINAS

Criatividade, superando deficiências

Como coordenador da Apamagis, o Dr. Luís Veriane afirma que recebe muitas reclamações de juizes pela falta de um convênio médico que atenda à região. "Os juizes são obrigados a firmar contratos particulares, o que acaba saindo muito caro".

Acumulando as funções de Corregedor dos Cartórios de Registro de Imóveis e Protesto e de juiz eleitoral, ele preside a 274ª zona eleitoral que, com seus 207.131 eleitores, é a maior do Interior. Para se ter uma idéia do seu tamanho, basta dizer que Campinas tinha, no ano passado, 495.170 eleitores.

Aos juizes em início de carreira, eventualmente interessados em fixar residência no município, ele avisa: "o custo de vida é muito alto".

De fato, o aluguel de um imóvel com 3 dormitórios não sai por menos de Cr\$ 300.000,00 mensais e um apartamento com um único dormitório, localizado no centro da cidade, está em torno de Cr\$ 180.000,00 por mês.

Madrugador contumaz

O alto índice do custo de vida em Campinas não assusta, contudo, o Dr. Wladimir Valler, titular há 22 anos da 3ª Vara Criminal.

"Nasci em Pirassununga e embora já pudesse estar em São Paulo não penso em sair daqui", revela, mesmo admitindo que "4 Varas Criminais para Campinas é muito pouco. A cidade necessitaria ter, pelo menos, 10 Varas Criminais".

Apesar dessa desigualdade, quase não há registro de reclamações de advogados ou de promotores em relação ao serviço forense das varas criminais.

"É que aqui os juizes trabalham incessantemente. Na minha vara não há Juiz Substituto nem Auxiliar e eu também não peço".

A fórmula do sucesso, segundo ele, está no seu sistema de trabalho. Chegando diariamente por volta das 7h30

A Comarca de Campinas tem 19 juizes — 16 no Fórum central e 3 nos distritais. Um deles é o Dr. Luís Arlindo Veriane, titular da 6ª Vara Cível e coordenador da Apamagis na região. Nascido no município, ele diz que Campinas recebe de 2.700 a 3.000 processos anuais por Vara Cível, razão pela qual o Fórum está aborrotado. A média de sentenças situa-se entre 100 e 150 por mês.

ao fórum, implantou um esquema por turno que demonstrou ser eficaz, mesmo contando com um número reduzido de funcionários.

"No meu cartório, os funcionários entram às 8 da manhã e não às 11 horas, como ocorre normalmente, e com isso as coisas funcionam. Tenho funcionários das 8h às 18h38. É uma questão de racionalizar, procurando aproveitar



Juiz Wladimir Valler

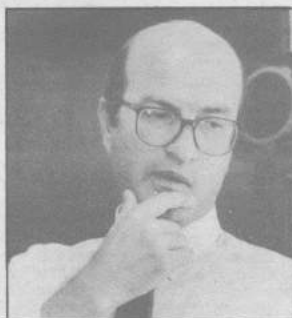
ao máximo o pouco que você tem em mãos".

É verdade também que conta com um aliado poderoso — o computador — que lhe permite agilizar o serviço e manter a vara em dia. Dessa forma, ainda encontra tempo para presidir de 30 a 40 interrogatórios num único dia, além de cuidar dos processos que chegam.

"A gente tem de gostar daquilo que

faz. Eu gosto de ser juiz e de me dedicar aquilo que faço."

Casado, pai de três filhos, o dr. Wladimir Valler se sente um homem realizado.



Juiz Luís Arlindo Veriane

faz. Eu gosto de ser juiz e de me dedicar aquilo que faço."

Comarca pesada

Titular da 7ª Vara Cível há 10 anos, o Dr. José Palmácio Saraiva trocou São Paulo por Campinas "porque estava

cansado de respirar fumaça." "Cansei-me da Capital, por isso resolvi instalar-me aqui definitivamente. Comparada a São Paulo, Campinas é um paraíso".

O argumento de que o custo de vida na cidade é muito alto não o convence, pois considera-o equivalente ao da Capital. Reconhece, no entanto, que com os 2.500 novos processos que entram, em média, por ano — não computando os da área criminal — Campinas é uma Comarca pesada.

Acumulando também a função de Corregedor do Tabelação, o Dr. José Saraiva é um ardoroso defensor dos Juizados de Pequenas Causas, embora considere que seu funcionamento ainda esteja longe do ideal. De todo modo, acredita que podem contribuir enorme-



Juiz José Palmácio Saraiva

mente para agilizar a Justiça.

"Nos Juizados de Pequenas Causas o juiz faz o que deve: decide, em vez de perder tempo com papelada. Por isso, eles devem ser tratados com todo o carinho por representarem uma Justiça próxima do povo, decidindo rápida, simplesmente e sem burocracia".

"Prelúdio": comida boa e música suave

A excelência do serviço prestado pelo Prelúdio Piano Bar e Restaurante, na Sede Administrativa Tabatinguera, da Apamagis, estende-se agora aos fóruns cível e criminal centro. Desde o dia 1º de junho último Daniel Pérola, concessionário do restaurante da Sede Tabatinguera, está administrando, também, as salas de lanches dos juizes do fórum criminal no 2º andar, e fórum cível, 9º andar.

O horário dos serviços é diferenciado, por isso anote: Fórum João Mendes Jr. - lanche das 14h30 às 16h30; almoço das 11h30 às 13h00. O cardápio, para almoço, inclui mesa tipo buffet, com 2 rechaudes de pratos quentes e 8 pratos frios. As 3as. e 5as. o prato principal inclui flet mignon.

Fórum criminal, os mesmos pratos, sendo que o funcionamento para lanches vai das 15h30 às 17h30. O horário de almoço é o mesmo do fórum cível.

Sede Tabatinguera, continua com o mesmo esquema de funcionamento: almoço das 11h30 às 14h00, sendo às 4as feiras reservadas para a disputadíssima feijoada light. A partir das 17 horas drinks e salgadinhos. No período noturno os drinks ganham um charme muito especial - o piano do competente Daniel Pérola.

Curso de Dinâmica de Grupo: As aulas voltaram!

Já foram reiniciadas as aulas do Curso de Dinâmica de Grupo e Atualização Cultural que é coordenado pelas doutoras Neyde Paoletti Martins Costa e Marília Martins Motta.

Agosto teve, inclusive, uma palestra proferida pelo renomado psiquiatra, Dr. Paulo Gaudêncio, ao final da qual se seguiu um painel de debates.

Para setembro já está em pauta uma nova reunião, desta vez com a polêmica escritora, jornalista e editora Rose Marie Muraro. Juntamente com Ruth Escobar e Alice Carta, Rose Marie foi a criadora da primeira editora das mulheres na América Latina, a "Rosa dos Tempos". Sua palestra ocorrerá no dia 18 de setembro, na Sede Social Dom Diniz.

Também prevista para setembro uma aula de relaxamento, restrita às alunas do Curso.

Informações mais detalhadas sobre o Curso de Dinâmica de Grupo, com dona Isolda pelo tel. (011) 575-5399 ou Wellington e Beté (011) 853-6401.

Grande expectativa pelo Congresso de Magistrados

Com o objetivo de facilitar a participação dos juizes paulistas no Congresso Brasileiro de Magistrados, em novembro, na cidade de Belo Horizonte, a comissão organizadora do evento em São Paulo, esclarece:

A inscrição custa Cr\$ 48.000,00, com direito a participação na solenidade de abertura e coquetel, acesso à todas as atividades do Congresso, jantar de encerramento e traslados, além de seguro de acidentes pessoais. Os interessados receberão o formulário diretamente da organização do congresso, pelo Correio, devendo efetuar o pagamento até 30 de setembro, na Apamagis, juntamente com a remessa da ficha de inscrição.

A estadia poderá ser nos hotéis Othon, Del Rey ou Real sendo cobrada uma taxa de reserva que será descontada na hora do pagamento das despesas. Os referidos

hotéis aceitam cartões de crédito e, o mais importante, darão descontos de 30% em suas diárias aos hóspedes participantes do Congresso Brasileiro de Magistrados.

A viagem aérea será pela VASP e a Apamagis, inclusive, já reservou vagas São Paulo/Belo Horizonte, no voo das 14h45, do dia 14 de novembro. A volta se dará no dia 17, voo das 13h45.

O custo final da parte aérea ainda não está definido, todavia, aos preços de hoje, com o desconto de 30% obtido, ficaria em torno de Cr\$ 48.000,00. O pagamento deverá ser efetuado em 3 parcelas, sendo a primeira, de 40%, no dia 14 de setembro, e as outras, 30% cada, nos dias 14 de outubro e novembro, respectivamente.

A Apamagis solicita aos seus associados, interessados em participar do Congresso, para que enviem suas fichas de inscrição, com os valores respectivos, e

a indicação do hotel de preferência, o mais rápido possível. Dessa rapidez depende a possibilidade de reunir todos os juizes paulistas em um único hotel.

Para o traslado até Cumbica, haverá ônibus especial saindo da Sede Social Dom Diniz.

Solicita-se, mais uma vez, aos associados, a observância para o prazo de apresentação das teses, 30 de setembro, impreterivelmente.

E de salientar, ainda, que a Apamagis contará com a colaboração da Marsans Turismo, especialmente quanto a parte aérea da viagem, e seu parcelamento.

O Presidente Francis Davis nomeou uma comissão que julgará os trabalhos apresentados durante o XII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Belo Horizonte. Essa comissão é integrada pelos Desembargadores Yusef Said Cahali (pre-

sidente da comissão), Antonio Cesar Peluso, Antonio Carlos de Araújo Cintra, Gil do dos Santos e juiz Donaldino Arnelin.

Para maiores detalhes contatar qualquer dos integrantes da comissão organizadora em São Paulo, juizes Carlos Teixeira Leite Filho, José Ernesto de Mattos Lourenço, Ricardo Braga Monte Serrat, Alvaro Augusto dos Passos, Paulo Alcides Amaral Salles, Marco Antonio Marques da Silva e Maria Lúcia C. R. Pizzoti Mendes, ou, as secretárias Mary e Valéria, na sede administrativa da Apamagis - tel. (011) 35-0196.

Nos próximos dias serão expedidos comunicados para que os associados da Apamagis se mantenham informados a respeito de todas as facilidades àqueles que queiram participar do XII Congresso Brasileiro de Magistrados.

CONVÊNIOS

Grandes ofertas pelos novos convênios

TELEVOLT

A Apamagis celebrou convênio com a Televolt Ind. Elétricas, conceituada empresa fabricante de estabilizadores de voltagem, no-breaks e transformadores. Pelo convênio, a Televolt dará descontos expressivos aos nossos associados nas vendas à vista. As compras poderão ser feitas, também, para pagamento em 30 dias com acréscimo apenas na variação da TR.

Os associados residentes na Grande S. Paulo receberão os produtos em casa, sem acréscimo nos preços. Os do Interior pagarão o frete.

Atendimento personalizado e garantia de 2 anos em qualquer produto. Informações complementares sobre os produtos Televolt e as vantagens do

convênio conosco celebrado, pelo tel. (011) 275-2577 - Dept: de Vendas.

LIVRARIA BRÁSILIA JURÍDICA

Até o dia 30 de setembro próximo, a Livraria Brasília Jurídica estará promovendo a venda de assinaturas da Revista do Superior Tribunal de Justiça, volumes 05 ao 16, com descontos e condições especiais de pagamento aos associados da Apamagis.

A revista é o órgão de divulgação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Maiores informações pelo tel. (061) 224-4607 ou pelo convênio Apamagis - Fórum João Mendes, 20º andar - sala 2029 com sra. Angela - tel. (011) 35-0196.

LADA - VEÍCULOS

A LADA está oferecendo uma promoção especial aos associados da Apamagis na compra de veículos de sua fabricação. Para isso bastará procurar um revendedor Lada, em qualquer cidade do Estado, identificando-se como associado da Apamagis.

José Mario Cardoso, diretor da empresa, afirma que veículos básicos da Lada - o jipe Niva, o Laika, a perua Laika e o carro de passeio Samara - são entregues prontamente. Já existe ampla rede de assistência técnica em todo o Brasil, através de mais de cem revendas. Garantia de 1 ano para qualquer veículo da marca, livre de quilometragem.

A promoção Lada-Apamagis irá até 30 de setembro. Informações em qualquer revenda, ou na Apamagis - tel. (011) 35-0196, com Angela.

RESIDENCE - HOTÉIS

Renovando esforços para assegurar o bem-estar e comodidade dos associados, a Diretoria de Convênios acaba de fechar contrato com a rede de hotéis Residence, que atua também na área de flats, por meio do qual a empresa propõe-se a conceder desconto de 25% sobre as diárias vigentes nos seguintes hotéis: The Landmark Residence Hotel - alameda Jau, 1.607; Fortune Residence e Executive Service - rua Haddock Lobo, 804; Central Park Residence Service - alameda Ministro Rocha Azevedo, 523; New Star Residence Service - alameda Franca, 584.

Essa promoção vale, igualmente, para o Four Seasons Residence Service, que fica no Guarujá - alameda Marechal Floriano Peixoto, 96, Praia de Pitangueiras.

Desbloqueio de cruzados

Os Drs. José Mauro da Silveira, Ion Plens e Nelson Altemani, advogados credenciados pela Apamagis para o ajuizamento de Mandados de Segurança e de Ações Cautelares para o desbloqueio de cruzados novos perante a Justiça Federal, comunicam aos interessados que foi pleiteada a concessão da corteção plena dos depósitos, sendo certo que, no caso de eventual indeferimento será proposta ação ordinária específica, com prévia ciência dos seus constituintes.

A LADA TROCA O SEU CARRO USADO NO BRASIL POR UM CARRO MUITO USADO EM 116 PAÍSES.



A gente aceita o seu carro usado na troca por um Lada zerinho.

LADA
Sustentando a tradição em todos os países.

Um mestre do Direito

"No meu tempo, a magistratura paulista era modelar. Tinhamos grandes nomes como os irmãos Rafael e Rocha Monteiro de Barros, Alceu Cordeiro Fernandes, Euclides Custódio da Silveira, Edgar de Moura Bittencourt, Cantidiano Garcia de Almeida". A afirmação é do renomado jurista José Frederico Marques, que nesta entrevista ao Dr. Marco Antonio Marques da Silva, diretor de Relações Públicas da Apamagis, conta um pouco de sua vida, relatando episódios pitorescos que marcaram sua carreira, toda ela devotada à causa da Justiça. Juiz durante mais de 25 anos, o professor Frederico Marques é autor de uma monumental obra jurídica, indispensável a todos aqueles que se dedicam ao estudo das leis e do Direito.



O prof. Frederico Marques já escreveu 30 livros sobre o Direito, Magistratura, magistério e atividades literárias são as suas grandes paixões.

N a carreira do professor José Frederico Marques, as circunstâncias tiveram um peso considerável. Um exemplo é o fato de ter se aposentado como advogado, embora nunca tenha escondido de ninguém sua preferência pela magistratura. Nesse caso particular, porém, razões de ordem econômica ditaram as regras do jogo.

"Quando eu abandonei a magistratura para me dedicar à advocacia, era governador do Estado o prof. Carvalho Pinto, conhecido pela avareza com que tratava o funcionalismo público", revela, sem deixar de sorrir com a lembrança. "Naquela época, os juizes tinham salário de fome, ganhavam muito pouco e eu precisava melhorar o orçamento. Se ganhasse mais, não teria me aposentado, pois era muito apagado a magistratura".

Uma de suas maiores emoções foi ao dirigir-se, certa vez, já aposentado, a sala dos Desembargadores no Tribunal de Justiça, os quais estavam reunidos numa sessão plenária. "Ao ver aquilo senti um aperto muito grande no coração, por saber que jamais estaria ali novamente. A partir desse dia, resolvi que nunca mais entraria numa sessão secreta do Tribunal de Justiça", confessa.

O professor Frederico Marques começou a carreira em Penápolis, como juiz substituto, logo conseguindo sua remoção para São José do Rio Pardo e, em seguida, para Campinas. Antes de ser indicado para juiz auxiliar da Fazenda do Estado, passou ainda por Ribeirão Preto, Avaré e Jacaré, seguindo o mesmo itinerário percorrido por tantos juristas que, mais tarde, a exemplo dele, se tornariam ilustres.

Em 1949 foi promovido a juiz substituto de 3ª entrância, na Capital, atuando conjuntamente nas 7ª e 16ª varas cíveis. Indicado para a Fazenda Nacional em 1951, três anos depois era promovido a "pingüim", e no final de 1954 chegava ao Tribunal de Alçada, entrando em 1956 na lista que preencheria

uma vaga no Tribunal de Justiça, juntamente com os Drs. Edgar Moura Bittencourt e Djalma Pinheiro Franco.

"O Djalma e eu entrávamos pela primeira vez na lista e o Edgar pela terceira, porque na anterior havia um que fora promovido por antiguidade, então sobrara o Edgar. Jânio Quadros, então governador do Estado, tinha uma certa preferência por mim, mas nós do Alçada tínhamos o compromisso firmado de que, quando saísse a lista de merecimento, os que tinham menos classificação deveriam pedir a nomeação daqueles com maior número de indicações. Então, o Djalma e eu fomos ao Secretário da Justiça, naquele tempo o Lincoln Feliciano, para falar que queríamos a nomeação do Edgar. Naquela mesma noite o secretário de gabinete do Jânio me ligou para dizer que aquilo de nada havia adiantado e que ele queria me nomear. Eu fiquei muito constrangido com aquela situação e mandei uma carta ao governador, dizendo que ele ia me colocar numa posição difícil e explicando nosso compromisso. Na carta, eu reiterava a ele que nomeasse o Edgar, e foi o que acabou acontecendo. Mais tarde, o Edgar me contou que quando foi agradecer a nomeação, o Jânio simplesmente dirigiu-se a ele e disse 'agradeça ao José Frederico'".

No final de 1957, surgia outra vaga e ele era novamente indicado, ao lado dos Drs. Souza Nogueira e, novamente, Djalma Pinheiro Franco. Este era mais antigo, de modo que se tentou adotar a mesma tática empregada anteriormente, mas desta vez sem sucesso, e por oposição daquele a quem recaía a preferência do governador. "O Djalma falou: eu vou pedir a sua nomeação porque você só não foi a Des. porque não quis. Dito e feito: ele pediu minha nomeação e eu entrei para o Tribunal de Justiça, onde fiquei até 1962, quando então me aposentei".

Obra monumental

Em 1939, quando saiu o Código de Processo Civil, o professor Frederico Marques atuava como juiz substituto

em São Paulo. Juntamente com outros colegas, resolveu devotar-se ao estudo do novo código, o que lhe acabou sendo muito útil no futuro, como viria a descobrir depois.

"Quando fui pra Ribeirão Preto atuar como juiz adjunto, cujas funções eram estritamente de Jurisdição Criminal, decidi transferir aqueles conhecimentos do Processo Civil para o Penal. Com isso, acabei escrevendo a obra "Princípio Geral de Processo Penal", que me estimulou a continuar os estudos nessa área, no que fui incentivado pelo eminente jurista Libmann, a quem conheci por intermédio do Alfredo Buzaid".

A essa altura, faz uma pausa para render sua homenagem a um amigo querido, que considera ter sido injustiçado. "Nos necrológicos só lembraram dele por sua participação como ministro do tenebroso governo Médici, na época em que o país vivia o auge da ditadura militar. Poucos sabem que o Buzaid dedicou grande parte de sua vida ao ensino do Direito Processual", lamenta o professor Frederico Marques, citando em seguida o trecho de uma carta enviada ao "Jornal do Brasil": "...quando já se tiverem esquecido das ditaduras e dos homens que as integraram, ainda permanecerá admirável a obra de Buzaid, composta de muitos livros que escreveu e do vigente — e excelente — Código de Processo Civil, de cuja elaboração ele pôs o melhor de sua ciência e do seu talento".

A lista de livros escritos pelo professor Frederico Marques totaliza 30 volumes, abrangendo as mais diversas áreas do Direito, razão pela qual integra a biblioteca de todas as Faculdades de Direito, constituindo-se em obra de consulta obrigatória para os futuros advogados, magistrados e demais juristas. O próprio Frederico Marques enumera, de memória, alguns títulos: "tenho 4 volumes de elementos de Processo Penal, 2 volumes tratando de Direito Processual Penal, 5 volumes de Instituições de Direito Processual Civil, 4 volumes do Manual de Direito Processual

Civil, 4 sobre Direito Penal e ainda "O Júri e sua nova Regulamentação Legal", "O Júri no Direito Brasileiro" e "Instituição do Júri"; e "A Competência em Matéria Penal", além de anotações, teses e trabalhos publicados."

Livre docente na área de Processo Penal pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco e catedrático de Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica, o professor Frederico Marques não nutre muitas simpatias pela atual Constituição, que considera incapaz de funcionar na prática. "Deram garantias de mais e a impressão que eu tenho é que isso vai dificultar as coisas para o governo. No entanto, quando fizerem a revisão, é possível que alguns erros possam ser emendados... vamos aguardar".

Um outro fato pitoresco de que gosta de recordar — e que outra vez envolve a participação do ex-ministro Alfredo Buzaid — é o episódio que culminou com a sua eleição para a Academia Paulista de Letras.

"Quando o Orlando Gomes morreu, o Buzaid me telefonou e disse 'olha, Frederico, eu falei com o presidente que para um jurista como o Gomes o sucessor só podia ser o Zé Frederico'. E com isso ele fez a minha campanha, eu ganhei e tomei posse em agosto de 88."

Membro, também, da Academia Paulista de Direito e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, o professor Frederico Marques anima-se quando fala da Magistratura paulista. "Eu acho que nossa magistratura continua cumprindo suas funções constitucionais com muita competência, a lei tem sido aplicada com justiça e retidão, de maneira que continuo com grande admiração pelo Poder Judiciário de São Paulo. E é com a experiência de quem dedicou toda uma vida ao estudo e ao ensino do Direito que, dirigindo-se aos juizes, finaliza: "acho que os juizes do Estado de São Paulo devem continuar mantendo acesso esse fogo sagrado do grande prestígio de que a Magistratura sempre gozou e continua gozando no presente".

Apamagis defende a imagem dos juizes paulistas

Juizes paulistas que têm procurado suprir todos os tipos de deficiências materiais e estruturais, com sacrifício pessoal e o de suas famílias, para que a distribuição de Justiça, ainda que lenta, não falte nunca, ficaram perplexos diante do noticiário de alguns jornais nos dias 14 e 15 últimos. As notícias falavam em maus tratos e tráfico de menores como se dos mesmos tivessem conhecimento, passivamente, alguns juizes. Insinuou-se mesmo a facilitação de tais crimes por parte da magistratura. As acusações foram atribuídas ao

padre Júlio Lancelotti. Diante da agressão indiscriminada atingindo magistrados probos, dedicados, a maioria arcando com pesadas jornadas de trabalho, muito além da que exige qualquer legislação trabalhista - porque o ideal e o desejo de servir estão acima da limitação física - a Apamagis tomou providências imediatas. A primeira, determinada pelo Presidente Francis Davis, foi a contratação do renomado criminalista, Dr. J. B. Vianna de Moraes, para, em nome da Associação Paulista de Magistrados, defender a imagem dos juizes de São Paulo

tão duramente atacada. Uma segunda providência foi o envio de ofício aos jornais "Folha de São Paulo", "Folha da Tarde" e "Diário Popular" - que veicularam o referido noticiário - dando conta da posição assumida pela Apamagis.

No documento, assinado pelo Desembargador Francis Selwyn Davis, a Associação comunica que, "em defesa do bom nome dos juizes paulistas, genericamente agredidos, está tomando as providências legais cabíveis, para a devida apuração de responsabilidades

civil e criminal". O Poder Judiciário, em verdade, se ressentiria seriamente da falta de um canal de comunicação com a mídia. Não raras vezes, são publicadas notícias desprovidas de fundamento, quando não tendenciosas, que poderiam ser evitadas desde que os órgãos de imprensa tivessem, previamente, um lugar para averiguar sua procedência. A Apamagis, na medida de sua competência, tem defendido os magistrados quando injustamente agredidos. Mas, infelizmente, na maioria das vezes o mal maior já está consumado.

Informações do Departamento Esportivo

Campeonato estadual de tênis

O campeonato estadual de tênis, envolvendo regiões do Estado e os Tribunais e Foros da Capital, está em andamento. Juizes de Baixada Santista enfrentam Juizes dos Alçadas "B" em quatro jogos de simples e um de duplas. A turma da Baixada e liderada pelo dr. Décio Leme de Campos Júnior, enquanto a liderança dos Alçadas "B" é do dr. João Carlos Saletti. O torneio

tem, ainda, jogos previstos para setembro, em Barretos, envolvendo a equipe daquela região e a de Ribeirão Preto. Barretos terá como líder o dr. Paulo Sérgio Silva e os seus adversários, o dr. Marco A. Volpon.

Vamos de Aikidô?

O Departamento de Esportes está oferecendo uma rara oportunidade aos associados, para a prática de um dos ramos mais nobres na área das artes

marciais: o aikidô. Com início no dia 9 de setembro próximo, ministrado por mestre de reconhecida competência, o curso será dividido entre crianças e adultos-terças e quintas de manhã e à tarde crianças e terças e sextas de manhã e à noite, adultos. Os alunos terão aulas de filosofia oriental, defesa pessoal e ginástica. Inscrições e maiores informações, com Isolda ou Zezinho, na Sede Social Dom Diniz. Tel. (011)575-5399.

CASA EM TAUBATÉ
Vende-se ou troca-se

Casa nova, no Jardim Santa Clara, com 2 pavimentos. Contém 3 dormitórios (uma suíte), sala de tv, living, escritório e demais dependências. Garagem para 5 carros. Terreno de 390m² com 270 construídos. Tratar com Dr. Nelson Nery, tel. (011) 257-5765/7960/3678. Aceita-se permuta com apto. na capital, Santos ou Guarujá.

LIVROS JURÍDICOS

Juiz de Campinas
lança obra em dez volumes



Lançado recentemente já está praticamente esgotado o primeiro volume de "Comentários ao Código de Processo Civil", escrito pelo Juiz Wladimir Valler, de Campinas.

Programada para conter dez volumes, a obra deixa de lado, propositadamente, os debates, muitas vezes estereis, que se travam sobre algumas questões de Processo Civil. O autor procurou fixar a sua marca característica, que é a objetividade, assumindo sempre um posicionamento pessoal.

Além da precisão técnica da linguagem jurídica, o Dr. Valler, de maneira simples e direta, examinou, em todos os seus aspectos, os relevantes temas de Direito, procurando sempre que conveniente, apresentar a orientação predominante da jurisprudência sobre as questões mais controvertidas. Com isso, essa obra, de fácil consulta, servirá para dar ao leitor uma visão geral sobre todos os assuntos nela abordados, constituindo, assim, o esboço precioso tanto do ponto de vista de leitura e informação quanto de rapidez e praticidade de pesquisa.

Relançamentos importantes



A Editora Revista dos Tribunais está lançando a 4ª edição, revista e ampliada, da obra "Teoria e Prática do Júri", de autoria de Adriano Marrey, Alberto Silva Franco e Rui Stocco, fundamental para aqueles que pretendem entender o funcionamento do júri.

Os cinco primeiros capítulos, que compõem a parte doutrinária, sofreram profundo reestudo e ampliação. Os questionários foram revistos e expurgados de longas citações jurisprudenciais já constantes de Capítulo próprio, facilitando e abreviando a consulta. Toda a jurisprudência foi revista e sensivelmente ampliada, com acréscimo de mais de uma centena de novas hipóteses. Mereceu especial cuidado o índice alfabético, elaborado pessoalmente pelo autor Rui Stocco, permitindo rápida localização de todos os temas tratados.

Outro relançamento que merece destaque é "Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial", agora em 3ª edição revista e ampliada.

"Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial" é assinado por Alberto Silva Franco, Célia Silva Franco, José Silva Júnior, Luiz Carlos Betanho, Rui Stocco, Sebastião Oscar Feltrin, Vicente Celso da Rocha Guastini e Wilson Ninno.

REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A Revista do Superior Tribunal de Justiça é o órgão oficial de divulgação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incumbindo ao Ministro Diretor da Revista, com a colaboração da Comissão de Jurisprudência, a seleção dos acórdãos que devam ser publicados em seu inteiro teor, preferidos os que o relator indicar, segundo disposição regimental.

A impressão, comercialização e distribuição da Revista, antes confiadas à Imprensa Nacional, foram cometidas contratualmente, a partir do número 7, à empresa Livraria Brasília Jurídica Ltda, de acordo com o decidido pela Corte Especial na assentada de 8 de novembro de 1990.

Maiores informações
Fones: (011) 572-8708 / 549-2610



Livraria Brasília Jurídica
Ofício (STJ) 049 CDR

Diretor da Revista: Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite
Importante: As vendas de assinaturas são de exclusividade da Livraria Brasília Jurídica Ltda. ou seus representantes credenciados. Consulte-nos (061) 224-4607 Fax: (061) 225-8094

Representante exclusivo em São Paulo
Gouveia & Sasaki Ltda.
Av. Onze de Junho nº 565 - Vila Mariana
CEP 04041 - São Paulo - SP.

CONVÊNIO APAMAGIS
Informações, Vendas e Assinaturas:
Sra. Angela / Fones: (011) 36-3466 / 35-0196 / 37-8894

PASSATEMPO

FLASH

FRANK WILLIAMS TAMBEM COMEÇOU ASSIM...



Nem o apoio moral...



Nem o esforço do chefe de equipe...



evitaram que os juízes dormissem na estrada

NR: No retorno do Congresso de Camboriú, o Dr. Henrique N. Calandra foi a salvação. Como será no de Belo Horizonte?

As colaborações para esta página devem ser enviadas para a redação da *Tribuna da Magistratura* - Praça João Mendes s/n, Fórum João Mendes Jr. 20: andar, sala 2029. Aceitamos crônicas, poesias, piadas, quebra-cabeça e fatos pitorescos que o leitor tenha conhecimento. Preferencialmente os temas devem envolver a magistratura.

Lembramos, mais uma vez, que o material deve ser enviado datilografado, contendo 70 toques cada linha. Os trabalhos não poderão ultrapassar a 30 linhas. O jornal continua aberto a todos os associados bastando, para isso, que nos escrevam.

Só... rindo!

Piadas colecionadas pelo juiz aposentado, também escritor e poeta, Lauro de Almeida:

LOUCURA POR HERÓIS

Adolescente: — Papai, tenho loucura por heróis. Gostaria muito de me casar com um.

O pai: — Não se aflija filhinha, quem se casar com você já o será!!!

ENTRE CRIANÇAS

Uma: — O que dirá seu pai se ouvi-lo falando essas coisas?

Outra: — Dirá que é um milagre, ele é completamente surdo!

JUNTA MÉDICA

1. médico: — Eu creio que se trata de uma pneumonia.

2. médico: — Os sintomas me parecem de gastro-enterite.

3. médico: — Discussão tola. A autópsia nos dará a verdade!

EMPREGADA NOVA

Patrão: — Se me chamarem, diga que não estou, entendido?

Empregada: — Entendido! E se não chamarem?

PENSAMENTOS

*Onde você judicar,
Dissemine somente o bem.
Seja correto ao agir e no falar,
Julgando, e não criticando ninguém*

(MP)

*tuna, quando, porém, a prudência
a dirige e recomenda.*
(dom.públ.)

*É muito longa a estrada que vai
desde a intenção até a execução.
Muitos a iniciam, poucos a concluem.*

(Molière)

Do leitor, e colaborador assíduo, da *Tribuna da Magistratura*, que se assina Esmê Machado, da cidade de Araraquara, recebemos as duas colaborações abaixo.

ENCONTRE AS COMARCAS

No texto a seguir há 14 comarcas escondidas, todas do Estado de São Paulo. Encontre-as.

Outro dia, de manhã, fomos a Itu ver a vaquejada na Fazenda Água Rasa. Dois peões altos nos conduziram até um rancho, onde uma rapariga rapava uma panela de uma forma tão natural e me olhava resabiada. - Quer Lanjal? - insistiu um catatau, batendo nas minhas costas. - Só tomo Coca-Cola, agradeço, sem encarar as outras pessoas (prática condenável em minha casa). Súbito alguém gritou: "- Solte os cavalos, Valdo!". Cruzeis! Que tropel! Dali fomos ver a vaquejada e voltamos a São Paulo ao entardecer.

Mococa - Araras - Carandá - Ouralândia - Curitiba - Itu - Ouralândia - Carandá - Ouralândia - Carandá - Ouralândia - Carandá - Ouralândia - Carandá - Ouralândia

SILÁBICO

1	2	3	4	5	6	7	8

Esmê Machado

As casas com margem dupla formarão o nome do primeiro presidente do Tribunal de Alçada Criminal - de São Paulo e ex-Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, recentemente falecido. Advogado, juiz e professor, escritor de livros de Direito Penal, deixou uma triste lacuna nos meios jurídicos.

1- Conceito; aforisma; pensamento. 2- Sub-reitor de uma universidade. 3- Filho de Abraão e Agar. 4- Arma indígena. 5- Espirradeira. 6- Mamífero parecido com a girafa. 7- Qualquer sulfato duplo de um metal trivalente. 8- Coroamento do fuste de uma coluna.

Sílabas a serem usadas: A-CA-CA-CA-CA-DE-DRO-EL-EN-IS-LO-LU-MA-MA-MA-MEN-NO-O-PE-PI-PI-TA-TEL-XI.

Mococa - Araras - Carandá - Ouralândia - Curitiba - Itu - Ouralândia - Carandá - Ouralândia - Carandá - Ouralândia - Carandá - Ouralândia

Uma Justiça mais ágil

Criados pela lei 7.244 de 1984, os Juizados Especiais de Pequenas Causas contribuíram, enormemente, para aliviar o acúmulo de processos que de outra forma, emperraria ainda mais as já entorpecidas engrenagens da Justiça comum. Na Capital, eles atendem a partir das 18:00hs, julgando causas cíveis que envolvam valores cujo total não ultrapasse a 20 salários mínimos, e atuando paralelamente ao Juizado Informal de Conciliação.

Existem, hoje, na Cidade de São Paulo, quatro Juizados Especiais de Pequenas Causas — localizados em Santo Amaro, Lapa, Santana, e Tatuapé — e oito Juizados Informais. No Interior, já foram instalados 43 Juizados Informais e 13 de Pequenas Causas.

Além das atividades que exerce como Juiz de Direito no Fórum regional do Tatuapé, o Dr. Wando Henrique Cardim integra — juntamente com outros 10 colegas, que se revezam nesse trabalho — um Juizado de Pequenas Causas. Sem receber nada por isso, a não ser o dia de folga que, a título de compensação, lhe é concedido a cada dois dias de comparecimento ao Juizado, o Dr. Wando conta que os casos mais comuns são de litígios entre proprietários e inquilinos.

Em tais casos, segundo ele, é feito um acordo no Juizado Informal de Conciliação. Ocorre que, uma vez homologado, esse acordo pode não ser cumprido, indo então parar na Justiça comum. Geralmente é o que ocorre, por exemplo, quando proprietário e inquilino não chegam a um acordo quanto ao prazo para desocupação de determinado imóvel. Findo o prazo e não desocupada a moradia em questão, o proprietário entra na Justiça comum com uma ação de "execução por obrigação de fazer", motivando o juiz a emitir um despacho no qual estipula um prazo para que o inquilino cumpra sua parte no acordo, desocupando o imóvel. Ao inquilino, resta a alternativa de recorrer a embargos, que não poderão, contudo, tratar de matéria já examinada na conciliação anterior e homologada pelo juiz.

No Juizado de Pequenas Causas este é competente para a execução das sentenças ali proferidas.

Tanto no Juizado Informal de Conciliação como no Juizado de Pequenas Causas, que não julgam casos envolvendo crimes ou problemas de direito de família, merece destaque a figura do advogado, que atua como conciliador. Sua missão é tentar conciliar as partes em litígio — se tiver sucesso, a conciliação é homologada pelo juiz, do contrário, faz-se uma instrução rápida, em que os litigantes e as testemunhas são ouvidas por gravador, cabendo ao juiz sentenciar sem necessidade de elaborar um relatório. Dessa forma, sentenças que demorariam semanas ou meses são proferidas em algumas horas.

Tribunais Especiais, o próximo passo

As estatísticas demonstram que, na



Capital, cada Juizado tem atendido uma média de 120 causas, levando a crer que em alguns anos serão sensivelmente reduzidos os quase três milhões e meio de processos que atualmente lotam cada sala e cada mesa dos juízes e desembargadores do Estado de São Paulo.

O próximo passo, rumo à agilização, será a criação dos Tribunais Especiais, cujo projeto deverá receber aprovação este ano ainda. Todas as causas cíveis que não necessitam de prova pericial, assim como os crimes de menor potencial ofensivo, serão julgados por esses tribunais. Uma projeção feita por estudiosos calcula que cerca de 350 mil, dos 700 mil processos-crime em andamento, poderão ser julgados pelos Tribunais Especiais, inclusive os que se referem a atropelamentos com lesões corporais, pequenos furtos e agressões que resultem em ferimentos leves.

Os Juizados e os Tribunais de Pequenas Causas são, porém, pequenas peças de uma engrenagem muito mais complexa.

Dados já divulgados pela **Tribuna da Magistratura**, oriundos do STF, dão conta de que, em todo País, não existem mais do que 5.200 juízes, sendo que as necessidades exigem pelo menos o décuplo, sem falar na carência de pessoal qualificado nos órgãos e serviços auxiliares. Na área da Justiça estadual, São Paulo era, até o final do ano passado, o Estado melhor provido — de suas 1.526 vagas, 1.041 estavam preenchidas. Estes números atestam bem a distância que existe entre o necessário e o disponível. E os dados que se renovam a cada mês são desalentadores. A má qualidade do ensino jurídico e os poucos atrativos da Magistratura tornam muito difícil o recrutamento de novos juízes, e não apenas em São Paulo.

Recente concurso para Juiz de Direito, promovido pelo TJ do Rio, registrou o incrível percentual de 99,57% de reprovação na primeira fase. O jornal "O Globo", edição de 23 de junho último, informa sobre o referido concurso "que nos exames específicos aplicados pelas bancas de Direito Civil, Direito Penal e Direito Público, só um candidato foi aprovado. Enquanto isso, a Justiça do Rio amarga um déficit de 200 juízes só na primeira instância".

Em São Paulo está em andamento o 161º Concurso de ingresso à magistratura, promovido pelo TJ. Estavam inscritos 2.641 candidatos, dos quais apenas 299 passaram para a segunda prova escrita, realizada no último dia 21. Portanto, 88,7% foram reprovados ainda na primeira prova seletiva. A manter-se

o quadro que se vem verificando nos últimos anos, apenas 40 candidatos serão aprovados e, com isso, das 400 vagas disponíveis 360 continuarão em aberto. Isto representa carga de trabalho dobrado para aqueles que já estão na carreira e, certamente, mais acúmulo de processos. Este acúmulo implica em demora, refletindo aparente morosidade da Justiça.

Aqui a Justiça caminha célere

O mais recente Juizado Informal de Conciliação, da Capital, foi instalado no começo de junho, na rua Vergueiro 857. No mesmo prédio funciona o setor de Execuções Fiscais, Estaduais e Municipais. Das 13h00 às 21h00, funciona, simultaneamente, a secretaria do Juizado Informal de Conciliação Centro. As sessões de conciliação tem início às 18h00 e não tem hora para acabar, sendo certo o atendimento de 20 a 25 casos

em cada sessão. As sessões são realizadas às terças, quartas e quintas feiras.

O Coordenador do Juizado Informal de Conciliação Centro é o juiz Fábio Bellucci (foto), que também, é Coordenador e Corregedor das Execuções Fiscais e, ainda, presidente da Comissão de Insalubridade do Tribunal de Justiça. Entusiasmado ele afirma que em julho, apesar das férias forenses, foram realizadas 89% de conciliações em seu Juizado. Isso se deve a dedicação dos 30 juízes e 30 conciliadores — estes, na maioria advogados — que lá atuam.

O movimento do 1º semestre

No primeiro semestre deste ano os 4 Juizados Especiais de Pequenas Causas da Capital, tiveram um movimento bem expressivo. Deram entrada, nesse período, nada menos que 1.683 novas ações, assim distribuídas: Tatuapé 336; Lapa, 467; Santana, 311 e Santo Amaro, 569.

Por outro lado, um levantamento realizado junto aos 6 Juizados Informais de Conciliação que já vinham funcionando desde o começo do ano, indicam que deram entrada no primeiro semestre 4.495 novas reclamações, tendo sido o mês de abril o recordista. No Tatuapé ocorreu o maior movimento, 1.655 processos; seguindo-se Santana, 867; Lapa, 809; Santo Amaro, 802 e Ipiranga, 362. Os Juizados do Jabaquara, Vila Prudente e Centro, ainda não haviam sido instalados no começo do ano, não figurando portanto da estatística acima.

UNILIVROS PAULISTA Convênio APAMAGIS

LIVRARIA

Livros jurídicos, técnicos, didáticos e literatura em geral.

PAPELARIA

Materiais de escritório, informática, didáticos e técnicos.

20%
à vista

Descontos
permanentes

30 d.d.
10%

LOJAS

R. 24 de Maio, 270
R. São Bento, 243

TELEFONES

223-4621 / 223-5551
35-1763 / 34-1492
35-0724 / 36-1717

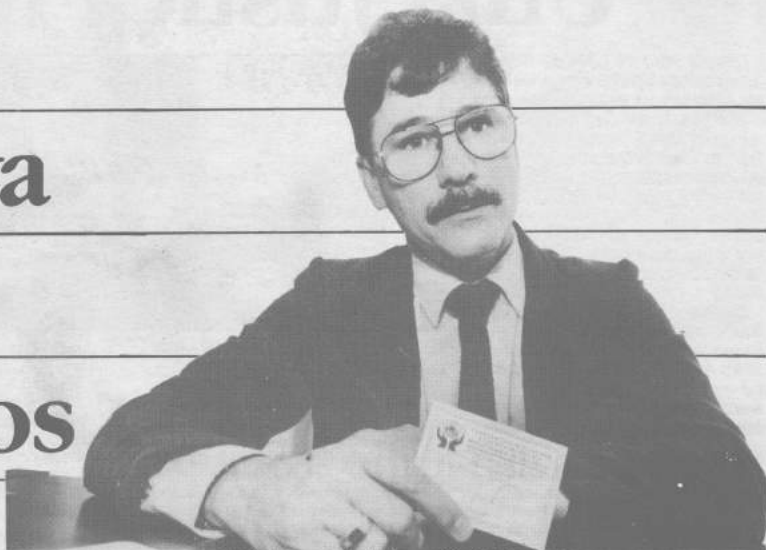
CONTATO

Sr. José
Sandra/Suzana

R. José Bonifácio, 68 36-0560 / 35-3855 Sr. Erasmo

Atende Pedidos por telefone e garante entrega a domicílio no Grande São Paulo sem custo adicional, num prazo máximo de 24 horas.

Uma cooperativa só para magistrados



Juiz Rui Stoco, presidente da cooperativa dos Magistrados

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Magistrados conquistou um benefício pelo qual há muito vinha lutando — o passaporte Makro —, que permite ao juiz, com a simples apresentação de sua carteira de cooperado, usufruir das enormes vantagens de compra em qualquer loja das Organizações Makro e dispensar o uso do cartão emitido por aquela empresa. O fato é tão mais significativo por tratar-se a Makro de uma empresa que, tradicionalmente, comercializa unicamente com pessoas jurídicas. A carteirinha do cooperado já está à disposição na sede da Cooperativa, a qual desenvolve também negociações para o estabelecimento de convênios com outras cooperativas de consumo, visando aumentar o leque de opções para compras em supermercados, a preços bem mais sedutores.

Fundada há 7 anos e atualmente com 470 cooperados, a Cooperativa é presidida pelo juiz Rui Stoco, da 1ª Vara da Fazenda Pública, fazendo parte da diretoria os doutores Adeldrupes B. Ferraz, Boris Padron Kauffman, Laerte Novaes Carramenha e os conselheiros Eros Piceli e Urbano Ruiz. Eleita em março, a atual diretoria cumprirá mandato até 1993, já que as eleições processam-se, através de assembléia geral dos cooperados, a cada dois anos. Ao tornar-se um cooperado — mediante o desconto, em conta corrente, de importância hoje ao redor de Cr\$ 2.400,00, corrigida trimestralmente pela TR — o Juiz de Direito estende, automaticamente, esse benefício a sua esposa e filhos. No caso do falecimento do titular, os beneficiários continuam com seus direitos assegurados. A taxa recolhida mensalmente fica

creditada em nome do cooperado, que anualmente recebe um demonstrativo no qual consta o seu saldo, incluídos os juros a que têm direito. Se, por qualquer motivo, o juiz abandonar a Cooperativa, receberá todas as contribuições mensais, acrescidas dos juros referentes às mesmas, já que ela não tem finalidades lucrativas. Como cooperado, o juiz pode usufruir de empréstimos com juros inferiores aos do mercado, e com o privilégio de poder saldá-los em cinco parcelas mensais. É importante observar que tais empréstimos podem ser renovados tão logo os anteriores sejam pagos. Um outro benefício a que o cooperado tem direito é a participação em grupos, semelhantes aos de consórcios, exceto que, ao invés de bens, os beneficiados recebem os valores em dinheiro através de lance e sorteio. Cada grupo

tem 48 participantes e o prazo para pagamento é de 24 meses, com correção mensal pela TR. A sede da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Magistrados está localizada no Fórum João Mendes Jr., 9º andar, sala 931, telefone 239-50-98, ramal 562, horário comercial. Não existe taxa de inscrição e os benefícios são imediatos. Por uma deferência especial do presidente Francis Davis, foi oferecido um espaço na sede Tabatinguera para que a Cooperativa possa ali desenvolver suas atividades, tão logo a nova sede seja inaugurada. Dessa maneira, o presidente Davis não só colabora para que os juizes tenham um espaço mais amplo para sua Cooperativa, como também permite, com esse gesto, que o local atualmente utilizado por ela possa servir aos serviços do Poder Judiciário.



TRIBUNAL DA
Magistratura

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS

Ano IV - nº 27 - Agosto de 1991



PORTE PAGO
ECT - DR/SP
ISR - 40-3500-88

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS
FÓRUM JOÃO MENDES 20º ANDAR - SALA 2029 - CEP 01501
SÃO PAULO - SP - TEL.: (011) 35-0196

IMPRESSO

